

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia
Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento

**Conflito Homem Fauna Bravia : Caso do Parque
Nacional do Limpopo**



Supervisor: Prof. Dr. Gerhard Liesegang

Co-Supervisora: Profa Dra. Karin Fiege

Elaborado por: Esmeraldina Salomão Cuco

Maputo, Julho de 2011

Conflito Homem e Fauna Bravia (CHFb): Caso do Parque Nacional do Limpopo (PNL)

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane

Esmeraldina Salomão Cuco

Maputo, Julho de 2011

O Júri			Data
O Presidente	O supervisor	O Oponente	__/__/__
_____	_____	_____	

RESUMO

O presente trabalho resulta de um estudo realizado no Parque Nacional do Limpopo, que se localiza na Província de Gaza, nos distritos de Massingir, Mabalane e Chicualacuala. O referido estudo tem como tema o Conflito Homem/Fauna Bravia (CHFb), caso do Parque Nacional do Limpopo (PNL).

Tem como objectivo geral avaliar as formas como se tem desenvolvido o conflito entre o ser humano e os animais bravios no PNL e arredores. Para se alcançar os objectivos proposto recorreremos a revisão bibliográfica; o trabalho de campo, entrevistas estruturadas semi-estruturadas e observação.

Da análise dos dados recolhidos no campo concluimos que o conflito homem fauna bravia resulta da disputa pelo acesso aos recursos naturais. A permanência dos agregados familiares na região e a dificuldade do Estado/gestores do PNL de efectuar o reassentamento das famílias que se encontram no interior do parque, traz implicações negativas para a vida dos seres humanos e concorre para a diminuição da biodiversidade na região, o que coloca em causa os princípios para os quais o PNL foi criado.

Palavras Chaves: Conflito Homen Fauna Bravia & Parque Nacional de Limpopo.

ABREVIATURAS

AF	Agregado Familiar
AGP	Acordo Geral de Paz
CBRM	Community Based Natural Resources Management
CCR	Comité Consultivo de Reassentamento
CEDES	Comité Ecuménico para o Desenvolvimento
CHFB	Conflito Homem Fauna Bravia
DNTF	Direcção Nacional de Terras e Florestas
DPA	Direcção Provincial de Agricultura
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
E	Entrevistas
FADM	Forças Armadas da Defesa de Moçambique
FDC	Fundação de Desenvolvimento Comunitário
GdM	Governo de Moçambique
GDM	Governo de Moçambique
IIASA	Instituto Internacional para a Análise de Sistemas Aplicados
INE	Instituto Nacional de Estatística
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
IUCN	União Mundial para a Natureza
LFFB	Lei de Floresta e Fauna Bravia
MAE	Ministerio de Administração Estatal
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MICOA	Ministerio para Coordenação de Acção Ambiental
MINAG	Ministerio da Agricultura
MITUR	Ministério do Turismo
MOPH	Ministerio da Obras Públicas e Habitação
NET	Núcleo de Estudos de Terra
O	Observação
ORAM	Associação Rural de Ajuda Mútua
PAR	Planos de Acção de Reassentamento
PNL	Parque Nacional de Limpopo
PTGL	Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo
RAS	República de Africa do Sul

RENAMO ----- Resistência Nacional de Moçambique

SPFFB ----- Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia

Declaração

Declaro que este trabalho, com o título “ *o conflito homem fauna bravia: caso do Parque Nacional do Limpopo*” é da minha autoria, nunca foi submetido para obtenção de qualquer grau académico e todas as fontes usadas estão devidamente indicadas na bibliografia e nos anexos.

Esmeraldina Salomão Cuco

Maputo, Julho de 2011

Dedicatória

Dedico este trabalho de final de curso de mestrado à minha família Cuco e Langa especialmente aos meus pais e meus irmãos que me apoiaram moral e materialmente para o término deste curso.

Agradecimentos

Dedico esta parte do meu trabalho às várias pessoas que, de diversas formas foram extremamente importantes para a sua elaboração. Agradeço a todos e em especial:

Á Direcção Provincial de Agricultura de Inhambane na pessoa do Director Paulo Zucule por me ter autorizado a fazer o Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento na Universidade Eduardo Mondlane.

Ao Eng. Alberto J. Macucule Docente da UEM, Faculdade de Agronomia e Engenharia florestal, por me encorajar a concorrer á bolsa de estudo do Africa American Institute.

Ao Africa American Institute na pessoa da Dra Célia Diniz, pela bolsa de estudo concedida para o Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento.

Áos meus supervisores Profa Dra. Karin Fiege e Prof. Dr. Gerhard Liesegang pela dedicação, por ter acreditado na execução deste trabalho e pelas orientações fundamentais na construção desta tese. Os meus agradecimentos são extensivos ao Coordenador do Mestrado, Prof. Dr. Samuel Quive e à Mestre Luisa Chicamisse.

Ao Abel Nhalidede e ao Zínio Macamero, Coordenador do Programa do Reassentamento e Coordenador do Programa de Protecção respectivamente no Parque Nacional do Limpopo, (PNL), pelas informações dadas e pela disponibilização do pessoal para o acompanhamento dos trabalhos de campo.

O meu muito obrigado aos colegas do grupo Limpopo (Esperança Colua e Fausto Ngove), companheiros dos momentos iniciais e difíceis neste trabalho, pela troca de experiências no trabalho de campo em que não obstante à sempre presente ameaça dos “*escorpiões*” não vacilaram uma única vez.

À Direcção Nacional de Terras e Florestas nas pessoas de Eng. Marcelino Foloma, Dr. Paulo Barros e o Sr. Sansão Bonito Mahanjane, do Departamento de Fauna Bravia, por terem disponibilizado algum material (Leis de Terras, Florestas e Fauna Bravia, Estratégias etc.). e pela cedência de informações provenientes da sua larga experiência sobre o conflito Homem Fauna Bravia.

Ao Ministério do Turismo em especial a Dra. Julieta Adolfo Lichuge do Departamento das Áreas de Conservação e a Sra. Madalena José Johane técnica profissional da Administração Pública também em serviço nas Áreas de Conservação do mesmo Ministério.

Agradeço, ainda, à dra. Lúcia de Carmo Cardoso Bila e ao dr. Daniel Sérgio Massinga juristas da Direcção Provincial de Agricultura de Maputo, DPAM, pelo grande apoio que me deram relacionado com a interpretação de algumas Leis e Regulamentos.

À dra. Elisa Chavane, jurista do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique pela troca de informações técnicas e a disponibilização do transporte para os trabalhos de campo. Ao Sr. David Mbalane, motorista

do instituto de Investigação Agronómica de Moçambique, IIAM, que sempre se prontificou para apoiar-me durante os trabalhos de campo.

Por fim agradeço a toda a minha família que sempre me deu coragem e apoio nos momentos mais difíceis durante a minha formação, sempre desejando-me sorte e forças para que este mestrado fosse concluído com êxito.

A todos os que aqui mencionei e áqueles que eventualmente possa por lapso ou falha de memória ter omitido, o meu muito obrigada.

Maputo, Julho de 2011

Índice

Resumo	I
Abreviaturas	II
Abreviaturas	III
Declaração	IV
Dedicatória	V
Agradecimentos	VI
Agradecimentos	VII
I. INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1: Contextualizando o CHF B nas áreas de preservação e conservação de espécies	9
CAPÍTULO 2: O Parque Nacional de Limpopo e a sua População.....	14
2.1. Introdução	14
2.2. Relevo e clima	15
2.3. Ocupação, distribuição populacional e reassentamento	16
2.4. Actividades económicas das comunidades.....	22
2.5. Outras características das comunidades.....	23
CAPÍTULO 3: Metodologia.....	25
3.1. Método	25
3.2. Amostra.....	26
3.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	27
3.4. Tratamento e análise de dados.....	28
3.5. Constrangimento.....	29
CAPÍTULO 4: Abordagem teórica e conceptual.....	31
4.1. Abordagem Teórica	31
4.2. Enquadramento Conceptual:.....	33
4.2.1. Conflito ambiental versus conflito homem fauna bravia (CHF B)	33
CAPÍTULO 5: Resultado de pesquisa e discussão dos dados.....	38
5.1. Confirmação de Factos e Percepções nas Pesquisas	38
5.2. Os conflitos: os eixos de análise	39

5.3. Eixo 1: Razões de ocorrência de conflitos entre homem e animal (CHFb) no PNL	40
5.3.1. Acesso aos recursos hídricos	40
5.3.2. Consumo de culturas alimentares	41
5.3.3. Caça de animais	42
5.3.4. Destruição de bens	42
5.4. Eixo 2: Intervenientes no CHFb	43
5.4.1. Animais	43
CAPITULO 6: Comparando o cenário do PNL e outros Parques em Moçambique	56
Conclusão	58
Recomendações	61
BIBLIOGRAFIA	62
Fontes consultadas na Internet	65
Legislação, Planos Estratégicos e Políticas	66
Anexo 1	67
Definições	67
Anexo 2: ACT (Área de Conservação Transfronteira)	69
Anexo 3: Área de Estudo	70
Anexo4: Conflito Homem Crocodilo nas margens dos rios no PNL	71
Anexo5: Exemplo de celeiro	72
Anexo6: Algumas actividades exercidas pelas comunidades no PNL	73
Anexo7: Calendário do trabalho	74
Anexo 8: Lista das comunidades onde foram conduzidas entrevistas	75
Anexo 9: Mapa resumo das entrevistas efectuadas	76
Anexo 10: Fontes orais	78
Tabela 6: Lista de entrevistados/Entrevistas Semi-Estruturadas aos agregados familiares	80
Anexo:11 Gráfico de Insidentes no PNL (Parque Nacional do Limpopo de 2005-2009)	82
Anexo 12: Guião de Entrevistas	83
12.1 Entrevista com chefes dos agregado familiares	83
12.2 Entrevista com agentes económicos	84

12.3 Entrevista com o grupo de mulheres.....	85
12.4 Entrevista com o comité do PNL	86
12.5 Entrevista com o comité do Distrito	87
12.6 Entrevista com os comités da aldeia.....	88
12.7 Entrevista com os Líderes comunitários.....	89
Anexo 13 Alguns animais existentes no PNL, incluindo alguns considerados	
Animais problemáticos no PNL (Fonte FORUM NATUREZA EM PERIGO)...	90
Hipopótamos.....	90
Leão	90

I. INTRODUÇÃO

O conflito entre o homem e a fauna bravia (CHFB) é um fenómeno que vem se arrastando especialmente desde os primórdios da prática da agricultura e, tem como causa principal a disputa de espaço e recursos naturais para a sobrevivência. No que toca ao actual PNL pelo menos descreve-se depois de 1875 e posterior a década de 1990, os grandes animais estavam em número muito reduzido. Nos últimos tempos devido a proibição de uso de armas, têm se verificado uma tendência crescente da ocorrência destes conflitos, com consequências negativas para os humanos e para os animais (MINAG, 2009; Foloma, 2006 & Liesegang, 2011¹).

Em Moçambique o CHFB tanto nas últimas fases da guerra da libertação nacional (1962-1974), como durante a guerra dos 16 anos houve um abate indiscriminado de animais por combatentes de ambas as partes em conflito armado e caçadores (Liesegang, 2011; INGC/UEM/FEWS, 2003). Durante o período da guerra civil, parte considerável da população das comunidades locais² dos Distritos que agora fazem parte do PNL emigrou para a República Sul Africana (RAS) e, só regressou para as suas zonas de origem em 1992, após a assinatura dos Acordos Geral de Paz (INGC/UEM/FEW NET MIND, 2003). Verificou-se ainda a destruição das infra-estruturas existentes na coutada 16, actualmente PNL. E estas áreas sofreram efeitos combinados da ausência de uma gestão efectiva, da falta de manutenção e vandalismo (MINAG, 2009).

Com o fim da guerra dos 16 anos em 1992 e após queda do regime segregacionista na África do Sul em 1994, a região austral de África e particularmente Moçambique,

¹ Comunicação pessoal, Julho de 2011.

² **Comunidade local:** agrupamento de famílias e/ou indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água, áreas de caça e de expansão. (MAP/DNFFB, 1999)

entrou numa nova fase de desenvolvimento e reestruturação das áreas de conservação e protecção de espécies animal e vegetal. É neste contexto, que surge a necessidade de preservar espécies florestais em risco de desaparecimento devido ao uso excessivo e desregrado. Por outro lado há que rentabilizar os recursos explorando-os racionalmente de forma a gerarem rendimentos a favor das populações mais carenciadas na luta pela sobrevivência (MINAG, 2009).

Assim, em 2001 foi criado o PNL com o objectivo em termos gerais de garantir a preservação e conservação dos recursos florestais e faunísticos³. Porém esta situação trouxe outros problemas, tanto para o governo como para as comunidades, devido à necessidade de retirada “compulsiva” dos agregados familiares para novas zonas fora do parque, sem que estejam reunidas condições para a transferência e a limitação do acesso aos recursos existentes no parque.

A existência do PNL exige das comunidades atingidas uma transformação dos seus modos de vida em função das unidades de conservação. E para que tal aconteça é necessário que determinadas condições ocorram nas regiões de reassentamento. Segundo De Oliveira (2002), é frequente nos países em vias de Desenvolvimento a criação de áreas de protecção e conservação sem consideração das comunidades que residem por gerações nessas áreas. Acrescentando que os limites dos parques e reservas são traçados sem ter em conta as comunidades residentes, que usam estes recursos para diferentes fins.

Pelo facto da morosidade da transferência das comunidades que habitam as áreas de conservação, muitas das vezes coabitam no mesmo espaço com animais, o que leva a eclosão do CHFB tema do presente trabalho.

³ **Recursos florestais e faunísticos:** florestas e demais formas de vegetação, incluindo os produtos florestais, a fauna bravia, os troféus e despojos, que tenham ou não sido processados. (MAP/DNFFB, 1999)

Em Moçambique, dos 128 distritos existentes, 45 distritos são considerados críticos na ocorrência de CHFB, tendo se registado de 2004 a 2008, cerca de 509 casos de perdas de vidas humanas e destruição de 1800 hectares de culturas diversas. Em contrapartida, foram abatidos 571 animais bravios em defesa do ser humano (MINAG, 2010).

Os distritos considerados críticos na ocorrência de CHFB são: Palma, Quissanga, Mocímboa da Praia, Mueda, Namuno, Meluco, Nangade, Macomia e Ancuabe na Província de Cabo Delgado; Mecula, Nipepe, Marrupa e Maua, na Província do Niassa; Morrumbala, Pebane, Maganja da Costa, Chinde, Alto Molocue e Mopeia, na Província da Zambézia; Zumbo, Magoé, Changara, Cabora Bassa, Chiuta, Moatize, Mutarara, na Província de Tete; Tambara, Machaze, Sussundega, na Província de Manica; Chemba, Caia, Chibabava, Buzi Marromeu, na Província de Sofala; Funhaloro, na Província de Inhambane; Massingir, Chokwe, Guija, Mabalane, Massangena, Chibuto, Chicualacuala, na Província de Gaza; Matutuine, Moamba e Magude na província de Maputo (MINAG, 2008).

Estes conflitos têm acontecido tanto nas áreas de utilização múltipla como nas áreas de conservação⁴. Os principais animais envolvidos são crocodilos, elefantes, leões, hipopótamos, leopardos, hienas, macacos, porcos do mato e, serpentes. Entre 2006 a 2008, o crocodilo causou cerca de 66% de vítimas humanas, o elefante 15%, o leão 12% e, o hipopótamo 6%. Quanto aos animais abatidos em defesa das pessoas e seus bens, o elefante foi o mais abatido, com 109 exemplares, seguido do crocodilo com 105 e, o hipopótamo com 90 (MINAG, 2008).

⁴ **Conservação:** Gestão sustentável dos recursos florestais e faunísticos sem colocar em risco a biodiversidade (MAP/DNFFB, 1999)

Para se inverter este cenário, o Governo tem aprovado uma série de instrumentos legais e implementadas medidas de mitigação para fazer face a CHFEB, com destaque para a aprovação da Estratégia de Gestão de CHFEB e, colocação de sinais de alerta para pessoas nos locais com maior frequência de conflitos (MINAG 2008).

Porém, apesar de todas estas acções, não se tem verificado uma redução de casos de conflitos, sobretudo nas comunidades residentes dentro das actuais áreas de conservação, como é o caso do PNL e arredores. Uma vez que estas dependem dos recursos florestais e faunísticos existentes no PNL para a sua sobrevivência. A importância económica, social, cultural e científica dos recursos faunísticos justifica que se estabeleça uma legislação adequada, que promova a sua utilização, protecção, conservação dos recursos visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (MAP/DNFFB, 1999). Este uso não deve descurar a exploração sustentável⁵ dos recursos.

Ao se reconhecer a situação conflituosa acima exposta e o interesse de preservar os recursos por forma a beneficiar as comunidades vindouras, o presente trabalho tem como objectivo geral avaliar as formas como se tem desenvolvido o conflito entre o ser humano e os animais bravios no Parque Nacional do Limpopo e arredores. Especificamente: (i) descrever os diferentes tipos de conflito entre o homem e fauna bravia no Parque Nacional do Limpopo e nos arredores; (ii) Identificar as razões de ocorrência de conflitos entre homem e fauna bravia; (iii) identificar os impactos que a criação do PNL tem provocado sobre as populações locais (iv) compreender os conflitos inerentes a dinâmicos de implementação do PNL.

⁵ O conceito de **exploração sustentável** utilização racional e controlada dos recursos florestais e faunísticos mediante a aplicação de conhecimentos científicos e técnicos visando atingir os objectivos de conservação dos recursos para presente e futuras gerações (MAP/DNFFB, 1999)

No seguimento destes objectivos temos como questão de partida:

- ✓ Quais as formas como se tem desenvolvido o conflito entre o ser humano e os animais bravios no Parque Nacional do Limpopo e arredores?
- ✓ Que factores concorrem para a eclosão do CHFb?

Parte-se da hipótese central de que a insuficiência dos recursos naturais e a incapacidade do estado de responder aos anseios das comunidades, tem levado a um agravamento dos conflitos entre o ser humano e os animais bravios ao longo do tempo. Decorrente desta situação ocorrem perdas humanas e consequências nefastas para ambas as partes.

Em termos estruturais o trabalho está dividido em seis (6) capítulos:

- ✓ Os capítulos 1° e 2° fazem um breve historial sobre o PNL e as suas características. Apresentam uma breve contextualização do enquadramento do CHFb no contexto internacional dando enfoque a Moçambique;
- ✓ O capítulo 3 debruça-se sobre a metodologia. Especificamente faz referência a métodos, instrumentos usados bem como à técnica de análise de dados;
- ✓ O capítulo 4 faz uma abordagem teórica e enquadramento conceptual, por forma a operacionalizar os conceitos no trabalho;
- ✓ O capítulo 5 apresenta resultados de campo e sua discussão.
- ✓ No capítulo 6 apresentamos uma visão do conflito numa outra área de conservação, comparamos o cenário do PNL com outros Parques em Moçambique dando ênfase as áreas de conservação e ao estudo elaborado em Nhacapiriri na Província de Tete e por fim as principais conclusões, recomendações referências bibliográficas e os anexos.

CAPITULO 1: Contextualizando o CHF B nas áreas de preservação e conservação de espécies

O início da percepção dos conflitos ambientais ocorreu de forma mais efectiva no final da década de 1960 e início de 1970, aquando da criação do clube de Roma em 1968 e da I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972 em Estocolmo. O Clube de Roma visava avaliar a situação ambiental no mundo e oferecer previsões e soluções para o futuro da humanidade. O Clube publicou vários relatórios prevendo a extinção dos recursos naturais, todos de grande impacto para a humanidade (Brito, 2008).

Um evento importante para a visualização dos conflitos ambientais foi a conferência de Estocolmo que ocorreu como resultado dos movimentos ambientalistas da década de 1960. Nesta conferência foram discutidos pela primeira vez os problemas políticos, sociais e económicos na questão ambiental, inclusive nas áreas protegidas, daí a importância desta conferência para a teorização dos conflitos.

Esta preocupação mundial com o meio vai a pouco e pouco focalizando áreas específicas como é o caso das discussões sobre a permanência de populações em áreas naturais protegidas passam a ser mais claras e os conflitos melhor visualizados. Na XI Assembleia Geral da UICN que ocorreu em Canadá em 1972, que considerou-se pela primeira vez a ocupação humana e exploração económica em parques nacionais, através do zoneamento⁶ (Brito, 2008).

É a partir destes eventos que verifica-se a inserção definitiva dos problemas ambientais na agenda mundial. É neste panorama que nasce a necessidade de promover acções internacionais e nacionais para a protecção do ambiente, tendo como

⁶ **Zoneamento:** divisão e classificação do património florestal e faunístico de acordo com o tipo de vegetação e uso alternativo da terra. (MAP/DNFFB, 1999)

base o desenvolvimento sustentável. A partir das duas últimas décadas do século XX, importantes debates foram desenvolvidos com a preocupação de estabelecer mecanismos de regulamentação e participação das unidades de conservação. Tais debates ganharam expressividade durante a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento também conhecida como ECO-92⁷, que teve como objectivo principal buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócio-económico com a conservação e protecção dos recursos naturais do planeta (Barbosa & Dos Santos, sd).

É a partir desta conferência que o IUCN elabora em 1993 e publica em 1994 uma nova classificação de categorias de áreas naturais protegidas. Nessa classificação são expressas formalmente tolerâncias moderadas de intervenção humana e usos sustentáveis dos recursos naturais por populações indígenas em áreas protegidas.

Acompanhando o ritmo de definições sobre permanência de populações em áreas protegidas, Moçambique não fica alheio a este movimento mundial. A preocupação em relação a preservação e conservação dos Recursos Naturais numa forma geral e dos Faunísticos em particular sempre mereceram atenção do Estado e de diferentes intervenientes de Moçambique. Este interesse é manifestado no quadro legal do país onde diferente legislação focaliza a necessidade de preservação dos recursos e a vivência harmoniosa entre os seres humanos e os recursos a sua volta.

⁷ A **ECO-92**, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra são nomes pelos quais é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro. O seu objectivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócio-económico com a conservação e protecção dos ecossistemas da Terra (pt.wikipedia.org/wiki/ECO-92)

A Constituição da República de Moçambique já demonstra esta preocupação e interesse com o meio ambiente, no seu artigo número 72, *consagra o direito dos cidadãos a um ambiente equilibrado e o dever de o defender, atribuindo ao Estado a tarefa da sua materialização através da promoção de iniciativas visando o equilíbrio ecológico, a conservação e a preservação da natureza.*

O interesse pelas questões ambientais é ainda reforçado pelo leque de legislação que regula a gestão, o acesso e conservação dos recursos naturais numa forma geral. Neste contexto encontramos Lei terras: 19/97 Lei do Ambiente Como é o caso da Lei de Terra 19/97, Lei do Ambiente 20/97 e a Lei de de Florestas e Fauna Bravia número 10/99.

A Lei de Florestas e Fauna Bravia (LFFB), n°10/99, de 07 de Julho, que regula a utilização e a conservação da fauna bravia, torna mais visível o interesse e preocupação pela gestão, protecção e conservação dos recursos florestais e faunísticos. A LFFB dá o direito as comunidades de usufruírem dos recursos existentes a sua volta, sem comprometer o equilíbrio do meio ambiente e que as gerações vindouras possam usufruir deste mesmo recurso.

A mesma lei reconhece a necessidade de auscultação ou renegociação junto as comunidades locais abrangidas por uma área protegida ou a ser concessionada. Acrescentado no artigo 31, a importância de uma gestão participativa dos recursos florestais e faunísticos com a criação de ordens locais de gestão dos recursos.

O legislador estabelece ainda no artigo 25 desta Lei, que a caça em defesa de pessoas e bens por brigadas da fiscalização é permitida quando houver ataques ou iminência destes por animais bravios e não havendo possibilidades de os afugentar ou capturar.

O artigo 11 da Lei de FFB, afirma que os parques nacionais são zonas de protecção total delimitadas, destinadas à propagação, protecção, conservação e manejo da vegetação e de animais bravios, bem como à protecção de locais, paisagens ou formações geológicas de particular valor científico, cultural ou estético no interesse e para recreação pública, representativos do património nacional.

O Programa Quinquenal do Governo 1995-1999, aprovado pela Assembleia da República, tinha reconhecido a necessidade de gestão adequada dos recursos para não se degradarem e comprometer o presente e futuro das gerações vindouras. E ditou a necessidade de estabelecer princípios e estratégias para materialização dos pressupostos contidos em diferente legislação sobre o meio ambiente.

Segundo Serra (2006), a Lei do Ambiente n 20/97 no artigo 12 numa forma geral proíbe todas as actividades que atentem contra a conservação, reprodução, qualidade e quantidade dos recursos biológicos especialmente os ameaçados de extinção. E nomeia o governo como o defensor da segurança e preservação do meio.

E no seu artigo 13 estabelece áreas de protecção, a indicação das actividades permitidas ou proibidas no interior das áreas protegidas e nos seus arredores, assim como a indicação do papel das comunidades locais na gestão dessas áreas.

Apesar da existência destes dispositivos legais a necessidade de sobrevivência e a falta de empreendimentos que possam garantir emprego aos agregados familiares abrangidos pelas áreas de protecção, faz com que estas por vezes incorram em penalidades, continuando a praticar actividades agora proibidas como a agricultura e a caça⁸ como forma de garantir o sustento da família.

Contudo os locais preferenciais para a prática destas actividades acabam trazendo constrangimentos a estas famílias, uma vez que tem de disputar estes espaços com os animais que também procuram recursos para sobreviver. Criando deste modo oportunidade para ocorrência de Conflito Homem Fauna Bravia. Muitas das vezes pela

⁸ **Caça:** A espera, perseguição, captura, apanha, mutilação, abate, destruição ou utilização de espécies de fauna bravia, qualquer fase do seu desenvolvimento, ou a condução de expedições para aqueles fins. (MAP/DNFFB, 1999)

falta de definição de alguns critérios básicos na legislação existente, devido à não efectivação dos planos de maneio e reassentamento e projectos de desenvolvimento que resolvam os problemas das comunidades acaba-se criando uma situação que põe em risco tanto a vida e direitos dos humanos e dos animais bravios.

O CHFEB no PNL, insere-se dentro do contexto acima exposto. Para além do Limpopo, o mesmo ocorre em mais de 45 Distritos dos 128 existentes em Moçambique.

CAPITULO 2: O Parque Nacional de Limpopo e a sua População

2.1. Introdução

O Parque Nacional do Limpopo (PNL), foi criado pelo decreto 38/2001 de 27 de Novembro, definido pela Lei 10/99 como zona de protecção e, por um tratado trilateral é parte integrante do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL), que se une ao Parque Kruger da África do Sul, o Parque Nacional do Limpopo de Moçambique e o Parque Nacional do Gonarezhou no Zimbabwe. Com uma área de cerca de 35.000 km², o Parque Transfronteiriço, incluindo Kruger Parque na RSA e Gonarezhou no Zimbabwe é hoje o maior parque nacional do mundo (MAE, 2005). Ver Anexo2 página 69: ACT (Áreas de Conservação Transfronteira).

A parte moçambicana do Parque transfronteiriço, o PNL, localiza-se a Norte da Província de Gaza, na região Sul de Moçambique. Sendo limitado a Norte pelo Distrito de Chicualacuala, a Sul pela Província de Maputo (incluindo a área tampão), a Este pelos Distritos de Mabalane e Chokwé e, a Oeste, pela República da África do Sul junto (MAE, 2005). Ocupa uma área de aproximadamente 1.000.000 hectares, distribuídos por três distritos, onde 15% estão localizados no distrito de Massingir, 35% no distrito de Mabalane e, 50% no distrito de Chicualacuala. (MAE, 2005; PDM, 2006).

O distrito de Massingir tem uma área de 5 858 Km² e mais de 41.000 habitantes. É constituído por três postos administrativos: Mavodze, Massingir e Zulo. Destes somente Mavodze faz parte do Parque, onde encontramos as aldeias de Mavodze-sede, Machamba, Massingir velho, Macavene, Bingo, Chimangue, Chibotana e Madingane (ACNUR/PNUD, 1996^a).

O distrito de Mabalane tem uma área de 9 580Km² e mais de 25000 habitantes. É constituído por três postos Administrativos: Mabalane sede, Ntlavane e Combomune (ACNUR/PNUD, 2996b). Destes somente os últimos dois fazem parte do Parque (Nhantumbo & Massango, 2001).

O distrito de Chicualacuala tem uma área de 10 243 km² e mais de 38 mil habitantes é constituído por três postos administrativos: Eduardo Mondlane, Mapai e Pafuri. Somente o último é que faz parte do parque e é composto por duas localidades, Mbuzi e Makandazulu (ACNUR/PNUD: 1997).

Ver Anexo3: Área de Estudo página 70

2.2.Relevo e clima

A zona interior do PNL é caracterizada pela ocorrência de solos delgados e característicos da cobertura arenosa de espessura variável. Tais condições são agravadas pela grande irregularidade da quantidade de precipitação ao longo da estação chuvosa e por consequência a ocorrência de frequentes períodos secos durante o período do crescimento de culturas.

A região ao longo do rio dos Elefantes possui solos aluvionares, onde ocorrem solos hidromórficos orgânicos também conhecidos como machongos. Trata-se de terras húmidas, baixas e depressões permanente ou sazonalmente húmidas evidenciando condições de valor agrícola. Os solos bastante ricos e férteis ao longo dos rios em particular nos distritos Chicualacuala e Massingir enquanto que as chuvas intensas têm provocado cheias nestas regiões (MAE, 2005).

O clima do PNL predominante é semi-árido seco com temperaturas médias de 30°C e precipitações de 600mm. Possui uma evapotranspiração potencial, geralmente superior a 1500 mm, o que torna o PNL pouco apto para o cultivo em sequeiro. O período quente, de Setembro a Fevereiro, é caracterizado por chuvas intensas que por vezes provocam inundações nas zonas baixas e coincide com a primeira época da campanha agrícola. O período fresco, de Março a Agosto, coincide com a segunda época agrícola e é caracterizado por secas em algumas zonas do PNL (MAE, 2005).

Os principais rios que atravessam o PNL são o rio dos Elefantes e Mazimulhope em Massingir (de caudal permanente) e Shinguedzi, Machapane, Benhaca, Zambalala, Chivambalane, Nhavotso, Nhapombe e Inhacozoane (de caudal temporário). Existem dez lagoas nomeadamente: Chileusse, Vele, Dzendenfu, Inhaphessane, Malopane, Furene, Pumbe, Nhavalungo, Nhatindzane e Namagungo (GDM, 2005).

2.3. Ocupação, distribuição populacional e reassentamento

Segundo uma hipótese, os primeiros habitantes da área onde localiza-se o PNL foram caçadores e recolectores San. Estes foram gradualmente substituídos pelos ferreiros bantu, perto de 800 a.n.e (MITUR, 2003^a). A chegada dos bantu pode eventualmente ter acontecido 600 anos mais cedo (Liesegang, 2011).

A migração dos mistos Buys, cerca de 1840, e dos boers, cerca 1845, e a descoberta de ouro a 1884 atraiu grande número de brancos mistos e europeus que praticavam uma caça excessiva, o que punha em risco muitas espécies de animais. Por isso foi declarado uma área de proteção na África do Sul, que se tornou depois o Parque Kruger. No fim do tempo colonial em Moçambique foi declarada uma área protegida – coutada 16 (IIASA- <http://www.iiasa.ac.at/research/pop/pde/briefs/mz.html> /ver autor do artigo deste site).

Actualmente o grupo étnico predominante é o changana-tsonga, que resulta da separação que ocorreu aquando da delimitação fronteiriça entre três países (Moçambique, RAS e Zimbabwe). Este grupo era chefiado por chefes do grupo loyi ou Ba-ka-Baloyi já documentados no século XVIII e provavelmente ligados ao antigo império de Changamire I cerca de 1350-1500 na area do Zimbabwe. No Norte há grupos de Maluleke (Liesegang, 2011).

No período da guerra civil, cerca de 1982-1992 parte considerável da população das comunidades dos distritos que fazem parte do PNL refugiou-se em zonas vizinhas da República Sul Africana (RAS) e, só regressou para as suas zonas de origem após a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma em 1992 (MAE, 2005).

A população da unidade de Mavodze no distrito de Massingir interior do PNL diz não ao processo de reassentamento. Segundo alguns membros da comunidade estão agastados com a falta de seriedade por parte do governo em relação ao processo de reassentamento. Para eles , passam mais de 7 anos desde que foram informados que seriam reassentados e tinham aceite. No entanto, a área escolhida pela comunidade e que era do consenso actualmente está ocupada por outras pessoas não membros da comunidade.

Segundo o secretário dos antigos combatentes da aldeia “nós não podemos ser reféns do governo porque lutamos pela liberdade deste país” e acrescenta que mesmo na Guerra dos 16 anos não chegaram a abandonar a aldeia. Mais adiante referiu que como prova disso os membros da comunidade estão a construir casas melhoradas dentro da comunidade. Quando questionado o líder local sobre este posicionamento da comunidade, ele afirmou que era do conhecimento do governo distrital e provincial. “A população transmitiu este sentimento a uma brigada provincial encabeçada pela Engenheira Joana ex-DPA de Gaza e a população está a espera das soluções alternativas do governo sem que seja necessário movimentar a população.”

Durante um encontro em Junho de 2011 a comunidade de Nanguene, esta informou que em Abril de 2010 uma equipa do programa de reassentamento do PNL, recolheu naquela comunidade, os documentos de identificação dos chefes dos agregados familiares, alegadamente para tratar da certificação das suas terras e dos respectivos títulos de propriedade das suas casas. No entanto, estes documentos só viriam a ser devolvidos aos seus legítimos donos em Janeiro de 2011. Em Março de 2011, quando durante uma visita da equipa mista da direcção provincial de Turismo e da Agricultura a comunidade de Nanguene, teria sido dito aos membros desta comunidade face as reivindicações apresentadas que existiam naquelas direcções provinciais, documentos que comprovavam que os membros da comunidade teriam recebido e assinado os títulos de propriedade das casas e os certificados da delimitação comunitária, o que a comunidade diz nunca ter feito. Na tentativa de averiguar o assunto, procurou-se saber junto a ORAM, instituição que era responsável pelo processo de delimitação das terras comunitárias por serem reassentadas, se teria concluído com o processo de delimitação de terras para as comunidades a serem reassentadas em Massingir e se teria recebido algum certificado comunitário. Esta organização disse nunca ter recebido algum certificado comunitário, até porque o processo de demarcação ainda não foi concluído. Fontes confidenciais informaram que para ter acesso aos fundos da KFW, ora congelados em 2008, o governo teve que enviar uma carta em Março de 2011 a KFW anexando os certificados de delimitação de terras dessas comunidades em causa, que serviam para confirmar que o Governo tinha cumprido com a orientação que tinha sido posta como condição necessária para a continuidade do financiamento, a

disponibilização de áreas para o reassentamento. No entanto, alguns membros das comunidades dizem não ter conhecimento dos tais certificados, e para o caso do líder de Mavodze que participara de cursos de para legais promovido pelo Centro de formação Jurídica diz não ter aceitado assinar tais documentos para a emissão dos certificados por ser um procedimento ilegal e não preconizado na lei. (Cedes Avante Parque Nacional do Limpopo-Oram Lhuvuka PNL)⁹.

Durante o tempo de permanência da população na vizinha RAS, os recursos florestais sofreram menor sobrecarga de uso, não acontecendo o mesmo com os recursos faunísticos, que eram dizimados para servir de ração para os combatentes de ambas as partes em conflito armado (IIASA- <http://www.iiasa.ac.at/research/pop/pde/briefs/mz.html>).

Com o terminar do conflito armado em 1992, muitas das famílias retornaram às suas zonas de origem e passaram a habitar nas terras que actualmente pertencem ao PNL. Em 2000, a comunidade no PNL e zona tampão atingiu cerca de 26.500 pessoas.

Com a criação do PNL em 2001 e definição da área como local de conservação e preservação de diversas espécies, houve espaço para um aumento significativo do número de animais bravios, que se intensifica em Abril de 2003 com a remoção da vedação da fronteira entre o PNL e o Kruger Park da RSA, o que permitiu que os animais de grande porte reiniciassem, as suas rotas o que se pensa que foram suas rotas tradicionais entre os dois países. Esta decisão rápida teve graves consequências para a comunidade que residia nesta zona (cerca de 6.000 pessoas) e o seu gado: foi o início bastante crítico de um CHFB o qual está a piorar dia após dia e que domina até hoje a vida diária da comunidade desta zona.

⁹ Informação recolhida na internet durante a corecção desta dissertação querendo referir que o CHFB ainda prevalence no PNL.

Paralelamente, verificou-se o desenvolvimento de acções de protecção dos animais, reduzindo deste modo a caça furtiva e garantindo a multiplicação dos mesmos. Desta forma houve a necessidade de retirar as populações de modo a evitar danos para os animais e para os homens.

Dos cerca de 26.500 habitantes referidos, 6.500 estão a residir no interior do parque e 20.000 na zona tampão. Esta população encontra-se subdividida em 52 comunidades, quer dizer, uma população média de 115 pessoas por comunidade. Disputam os mesmos recursos para sobrevivência, isto é, as rotas dos paquidermes e outras espécies animais acabam coincidindo com as áreas actualmente ocupadas pelo espaço residencial e pelas áreas produtivas. Esta situação criou condições para o aumento de uma disputa entre a população e os animais por espaço e recursos naturais, acabando por despoletar numa situação conflituosa entre ambas partes.

Pensa-se que a ocupação de áreas outrora não habitadas pelos AF, acompanhado pelo aumento do efectivo da população de animais, tem de certa forma reduzido o habitat natural dos animais, daí agravando, por um lado, a competição pelos escassos recursos existentes na natureza, nomeadamente, alimentos e águas, e por outro lado, pela vegetação por parte dos herbívoros e, por presas por parte dos carnívoros (MINAG, 2010).

Como forma de minimizar o CHF, surge, oito meses depois da remoção da vedação, o Programa de reassentamento voluntário, de 2 a 4 de Dezembro de 2003. O mesmo iniciou com uma longa fase de consulta, informações, discussões entre ONG, Estado/Gestores do Parque e das comunidades envolvidas¹⁰.

¹⁰ Entrevista aos gestores do parque, Novembro de 2008.

Em 2004 decidiu-se por retirar parte da população e instalar as famílias numa zona fora deste. O reassentamento foi declarado como sendo um processo voluntário e colectivo. E foi previsto o reassentamento das comunidades, principalmente as que residem ao longo do vale do rio Shingwedzi, pelo facto de estar em risco a segurança das comunidades e dos animais bravios que gradualmente são reintroduzidos na área (GdM, 2008).

Segundo as entrevistas efectuadas aos diferentes intervenientes no processo de Reassentamento, não houve grandes avanços de 2003 a 2008¹¹. Somente 18 famílias haviam sido reassentadas e ainda não haviam sido construídas as infra-estruturas de apoio na zona de habitação. Os 30.000 dos 70.000 hectares de terras destinadas ao reassentamento, foram atribuídas posteriormente à empresa de bio-combustível PROCANA, situação que deixou as comunidades numa situação de incerteza quanto ao seu futuro (Fiege et al, 2009).

Esperava-se que a existência do projecto PROCANA fosse mudar as condições de vida das comunidades na zona rural. Com a contratação de cerca de 7.000 trabalhadores sazonais para as plantações de cana de açúcar e montagem de uma fábrica de etanol que deveria começar a produção em 2010 (investimento orçado em 500 milhões de dólares). O investimento poderia significar um forte estímulo a economia local e regional. Contudo, nenhum destes projectos passou do papel, o que obrigou o Governo, através do Ministério da Agricultura ou Direcção Nacional de Terras e Florestas a cancelar o contrato com este Grupo por não ter honrado com os compromissos acordados (PNL, 2008).

¹¹ Altura da realização do trabalho de campo.

Durante os anos 2009 e 2010 o governo moçambicano preocupado com a situação do CHFB no PNL viu-se obrigado a delegar o INGC para exercer trabalhos pontuais principalmente no que diz respeito ao reassentamento das populações residentes nas consideradas áreas de grande risco, nomeadamente: comunidades de Nhanguene, Macavene, Mavodze, Bingo, Massingir velho, Machamba, Chimangue, Macandezulu A, e Macandezulu B como é o caso do local onde se localizam as 6.000 pessoas referenciadas anteriormente. Tratou de comunidades que residem ao longo do rio Shinguedzi o qual constitui o coração do PNL e é onde deverão ser edificadas grande parte dos acampamentos turísticos devido ao seu elevado potencial em recursos faunísticos nomeadamente búfalos, bois cavalos, zebras, avestruzes, leões, elefantes entre outros (PNL, 2008). Parece que os acampamentos não previam a inclusão da população local, um turismo cultural para esta área devia incluir a estação de Shilowa a poucos metros da fronteira na parte sul africana do parque.

Em 2010, o processo de reassentamento estava ainda moroso e a situação conflituosa entre o Homem e Fauna Bravia continua no PNL e arredores. Há exiguidade de fundos por parte do estado para a implementação de programas de reassentamento recorrendo desse modo algumas formas para mitigação de conflito. Por exemplo: A vedação das áreas e a produção do piri-piri para o afugentamento dos elefantes.

Os dados acima levam-nos a concordar com Ghimire & Pimbert (2000), ao afirmarem que muitas das vezes o reassentamento tem sido uma componente controversa, devido à forma como o processo é realizado, à falta de consulta aos visados e às compensações às comunidades locais. Por sua vez, Bradon et al (1998) acrescentam que o sentido de pertença à uma certa zona e a falta de outras oportunidades de sustento tornam o processo difícil e criam entraves à conservação e protecção do meio.

Muita das vezes por mais que as comunidades estejam disponíveis a retirarem-se da zona abrangida pelo PNL, a não satisfação das condições acordadas pelo Governo leva-os a permanecer na área de conservação, causando deste modo entraves aos objectivos pelos quais estas áreas são criadas.

Os interesses privados na região de Massingir fazem reféns as comunidades por serem reassentadas do PNL. São cerca de 150 famílias que abandonaram as suas aldeias no interior do PNL para um destino incerto, sem o conhecimento dos governos distritais e dos postos administrativos. O caso mais caricato registou-se nona comunidade de Macandazulo A, posto administrativo de Pafuri distrito de Chicualacuala, onde das cerca de 32 famílias por serem reassentadas 30 abandonaram a aldeia. Como causa deste abandono é apontado o atraso da transferência das famílias do interior do parque para as zonas consideradas seguras, onde as comunidades sintam-se livre dos problemas do conflito homem-animal que tem provocado uma fome cíclica. Por sua vez, o PNL atira as culpas ao governo central e provincial por terem aceite o projecto da PROCANA que ditou a escassez de terras para o reassentamento, e o consequente congelamento dos fundos para o reassentamento pelos principais doadores do PNL em 2008. (Cedes Avante Parque Nacional do Limpopo-Oram Lhuvuka PNL).

2.4. Actividades económicas das comunidades

A agricultura é a principal actividade de sustento das comunidades residente no interior e aos arredores do PNL, praticada por cerca de 81% da população. Duma forma geral o PNL não apresenta condições favoráveis para a prática da agricultura, com excepção das áreas localizadas ao longo dos rios Limpopo, Shingwedzi e Elefantes, onde ocorrem solos fluviais de alta fertilidade (PNL/Plano de Maneio, 2005).

Segundo uma opinião a produção agrícola nas margens do Rio Limpopo tem tido rendimentos baixos devido aos solos que permanecem encharcados por muito tempo com as culturas susceptíveis a doenças (MAE, 2005). Contudo há outras observações que indentificaram solos férteis e condições favoráveis no periodo pós-cheia (veja acima 2.2.).

Como actividade secundária encontramos o trabalho sazonal feito na África do Sul (RSA), praticada por 9,09% da população. A percentagem dos homens válidos envolvidos neste processo deve rondar em cerca de 30% (isto foi confirmado pelos dados que obtivemos dos inqueritos aos agregados familiares em 2008) . Para além destas encontramos outras actividades como a caça, pecuária e exploração florestal. Das actividades praticadas a agricultura e pecuária são as que mais sofrem com a

invasão da fauna bravia. Enquanto que a caça e exploração florestal provocam maior impacto no meio ambiente.

A caça apesar de proibida agora¹², é praticada pelos AF. Esta garante a melhoria da dieta alimentar das comunidades e aquisição de algum valor monetário através da comercialização. Como consequência da sua pratica concorre para a redução dos recursos faunísticos no PNL.

2.5. Outras características das comunidades

Em termos de faixa etária, a mais predominante (60% da população) compreende a idades que variam dos 24 aos 40 (vinte e quatro a quarenta) anos de idade. Em seguida temos a faixa etária é de 50-65 (cinquenta a sessenta e cinco) anos de idade com 20%. Pode se verificar que a população é na sua maioria adulta destacando uma percentagem de 4,90% com pessoas de idade compreendida entre setenta a oitenta anos de idade.

Em termos educacionais, encontramos um índice de analfabetismo extremamente elevado, o que não garante muitas alternativas de emprego a população fora do sector primário.

A nível habitacional verificamos que a população vive em habitações construídas de material local, do tipo palhota com pavimento de terra batida, tecto coberto de capim ou chapa de zinco e, as paredes, revestidas de caniço e bambus, e sem latrinas.

¹² A região ocupada pelo PNL recebeu a categoria do mais alto estatuto de protecção, o que impede a execução de muitas actividades económicas anteriormente praticadas pela comunidade ali residente como a caça, a produção de lenha e carvão vegetal para a comercialização, a extracção de plantas medicinais, a criação de gado para o sustento dos agregados familiares entre outras actividades. (MAE, 2005).

Em relação ao acesso a água potável, não existem fontes de abastecimento, estando a população obrigada a recorrer directamente aos rios e lagoas para ter acesso ao precioso líquido. (Ver o anexo 4 conflito/homem crocodilos página 71).

Quanto à saúde existem 9 postos de saúde e em casos graves as populações são obrigados a percorrer longas distâncias, mais de 100 Km, o que é moroso tomando em consideração que cerca de 376 Km de estrada não asfaltada que ligam os distritos de Chicualcuala, Mabalane e Massingir.

Dada a rede insuficiente do distrito a Direcção Distrital de Saúde (DDS) distribuiu kits e promoveu cursos de formação de agentes comunitários de saúde, para a prestação de primeiros socorros e formação de matronas parteiras tradicionais para apoio enquanto a mãe aguarda a deslocação para unidade sanitária. A comunidade tem estado activa na construção de postos de socorros com material local, integrada em projectos comida pelo trabalho.

CAPITULO 3: Metodologia

3.1. Método

Com vista a operacionalizar os objectivos anteriormente enunciados, o presente trabalho desenvolveu uma linha orientadora de um estudo de caso, dando primazia a utilização da metodologia qualitativa. A opção pela abordagem qualitativa seguiu a orientação de Minayo (1993), segundo a qual esta permite a compreensão de uma realidade específica, fundamentada em dados empíricos através das técnicas de entrevista e de observação.

A escolha deste método baseou-se na pretensão de trabalhar com o significado atribuído pelo sujeito aos factos, relações, práticas e fenómenos sociais, de modo a interpretar tanto as interpretações e práticas quanto as interpretações sobre as práticas (Deslandes e Assis, 2003).

Este método enfatiza as particularidades de certas situações e o seu significado para o grupo pesquisado. Trata também da subjectividade e da singularidade de cada situação, além da compreensão de determinadas situações para os diferentes actores sociais. Desta forma, a representatividade dos dados está relacionada a sua capacidade de compreensão do significado dos fenómenos em seus contextos e não a sua expressividade numérica (Goldenberg, 1997).

Portanto, conseguir perceber, associar, comparar e interpretar os fenómenos é a tarefa do pesquisador, que se coloca como coadjuvante da transformação produzida pela percepção analisada. Deste modo, percepção, leitura e interpretação associam-se como as etapas da pesquisa (Ferrara, 1988).

3.2. Amostra

A colecta de dados do presente trabalho foi realizada em Novembro de 2008 durante a avaliação do Projecto Lhuvuka¹³, e teve a duração de 15 dias. O levantamento de dados foi feito em três (3) distritos que formam o Parque Nacional de Limpopo, nomeadamente: Massingir, Mabalane e Chicualacuala. Nestes distritos foram abrangidas doze (12) comunidades de um total de cinquenta e três (53) comunidades existentes dentro do PNL e arredores, representando 22,6% da cobertura total de comunidades (vide anexo 7: lista das comunidades abrangidas nas entrevistas)

As comunidades abrangidas pelo estudo foram seleccionados com base nos seguintes critérios: (i) Distância entre a sede do projecto e os povoados; (ii) Comunidades previstas e não previstas para o reassentamento; (iii) áreas de acesso fácil e acesso difícil e (iv) Tamanho das comunidades (maior e menor).

Por forma a efectuar a recolha de dados nas 12 comunidades, adoptou-se como estratégia a divisão da equipa de pesquisa em dois subgrupos, cada um dos quais orientados pelos coordenadores do projecto. Dum total de 7 elementos cada subgrupo ficou com 3 e 4 respectivamente. Devido a distância entre as comunidades, as equipas efectuavam 2 a 6 horas de tempo de viagem. Este tempo investido nas deslocações reduzia o tempo disponível para conduzir as entrevistas, mas essa era a única possibilidade de assegurar uma cobertura eficaz.

Nas comunidades abrangidas pelo estudo foram efectuadas um total de cento e quarenta e três (143) entrevistas. Os critérios tomados em consideração para a selecção do grupo alvo foram: idade (igual e superior a 18 anos), sexo (homens e

¹³ Avaliação no âmbito do Projecto Lhuvuka no Parque Nacional de Limpopo (PNL) foi coordenado pela Profa. Dra Karin Fiege e António Reina. Este foi realizado no âmbito do módulo PAD I do MSG e financiado pelo “Pão para o Mundo”.

mulheres) e não duplicação de entrevistas a pessoas com mesmo cargo. Deste modo, procurou-se obter uma amostra bastante diversificada com o objectivo de colher as percepções dos diferentes grupos existentes no PNL.

3.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Como técnicas usou-se a pesquisa bibliográfica, a entrevista semi-estruturadas, o grupo focal e a observação não participante.

A pesquisa bibliográfica teve um papel fundamental, na medida em que permitiu aprofundar o conhecimento sobre a temática em estudo, o que foi de extrema importância para a concepção do problema e busca de informações importantes para a construção do projecto que antecedeu a este estudo. A pesquisa bibliográfica também serviu para a elaboração dos instrumentos de recolha de dados (guião de perguntas).

Outra técnica usada foi a entrevista semi-estruturada, que segundo Matakala (1999) encorajam a comunicação bilateral, confirmam o que já é conhecido, dão oportunidades de conhecer assuntos sensíveis que podem ser facilmente discutidos e ajudam os pesquisadores a estarem mais familiarizados com os membros da comunidade em estudo.

As entrevistas foram realizadas por um grupo constituído por sete pessoas e abrangeu 52 membros de comunidades. Todos os integrantes da equipa de pesquisa tinham um domínio do tema, o que permitiu recolher informação em quantidade e qualidade. Aliado ao facto de ter permitido uma maior espontaneidade dos mesmos. Este facto permitiu fazer algumas comparações entre o que os intervenientes forneciam como informação e os dados que se encontram documentados na literatura que versa sobre a temática em estudo e os diferentes relatórios do projecto.

As principais informações recolhidas estavam relacionadas com as características demográficas e sócio-económicas da população, os tipos de conflito, as partes envolvidas, as causas, as consequências e, as formas e os métodos de resolução dos mesmos. Estes dados ajudaram na estruturação dos eixos temáticos do trabalho e na demonstração dos resultados.

Usou-se ainda como técnica o grupo focal. E foi útil no levantamento dos interesses junto a comunidade, acerca das suas expectativas e necessidades em relação ao tema estudado. Foi possível ainda colectar dados qualitativos para avaliação dos resultados através da realização de conversas abertas. Esta técnica abrangeu 91 membros das comunidades dum total de 143 (vide tabela 1 abaixo).

Tabela1: Técnicas de colecta de dados

Tipo de técnica usada	Características dos entrevistados	Número
Entrevistas semi-estruturadas	Agregados familiares (homens e mulheres)	52
Grupo focal	Mulheres	73
	Agentes económicas	18
Total		143

A observação não participante, também foi outra técnica usada e permitiu avaliar factores do quotidiano que têm relação com a entrevista ou pesquisa bibliográfica, o que ajudou a situar as práticas em seu contexto de forma a se tornarem compreensíveis, propiciando assim capacidades para uma melhor interpretação dos dados (Rizzini et al, 1999: 70).

3.4. Tratamento e análise de dados

Para análise de dados foi usada como técnica a análise de conteúdo consubstanciada pela Matriz de um Caso Dinâmico (CHFB) proposto por Matakala para análise das causas dos conflitos no PNL e arredores (Matakala, 1999).

Para o caso da análise de conteúdo procurou-se agrupar os dados do campo segundo os eixos temáticos definidos em função dos objectivos e hipóteses do trabalho. Assim, foram definidos um total de 4 eixos temáticos que auxiliaram-nos na síntese e reestruturação dos dados de campo.

A elaboração da Matriz de um Caso Dinâmico baseia-se nas perguntas: Porque? e Como? Desta forma, o pesquisador pode mostrar o problema ao pesquisar por dentro

e fazer um levantamento conclusivo das causas e efeito do mesmo (Miles et al, 1994). Este procedimento permite também a percepção das razões de um determinado problema, constrangimento ou atitude tomada pelos diferentes actores.

A Matriz de um caso Dinâmico faz a relação entre as dificuldades criadas (problema), os antecedentes na óptica do pesquisador (causas), a forma como se conviveu com o constrangimento e como foi superado (processo). Quando se supera um conflito são operadas algumas mudanças, essas podem ser:

- ✓ Estruturais: quando a mudança origina no aparecimento de uma instituição, organização entre outros. Exemplo: o aparecimento de associações que defendam o direito dos interessados;
- ✓ Processuais: quando se acrescentam ou reduzem normas. Exemplo: o artigo 9 da Lei n° 10/99 de 07 de Julho, determina que “o titular de direito do uso e aproveitamento da terra...carrece de licença para a exploração de recursos florestais... salvo quando for para o consumo próprio”.
- ✓ Ambientais: que se refere ao relacionamento entre as pessoas, o aumento ou diminuição de clima de confiança e respeito. Exemplo: quando na resolução de conflitos a comunidade reúne-se e cria um clima de entendimento para superar, o conflito, pode se esperar que o relacionamento entre os membros melhore substancialmente (Miles et al,1994).

A análise das causas relaciona o dilema, o assunto, as partes a forma de resolução de problemas e o estado corrente do dilema por tipo de mudança verificada (estrutural, processual e ambiental).

Ao preencher a Matriz de um Caso Dinâmico (o mesmo usado na análise das causas no PNL), os conflitos foram agrupados em três tipos nomeadamente:

- (i) Homem animal, (ii) Animal-animal, (iii) Homem-Recursos Florestais/Faunísticos e (iv) animal –recurso florestal.

3.5. Constrangimento

Os dados fornecidos pelos informantes chaves (representantes dos comités e líderes) trouxeram algum constrangimento na fase de análise dos dados, pelo facto de haver

contradição entre os dados que forneciam. Costatamos que possuíam “duas faces”, isto é, quando estes estão perante a comunidade fornecem um determinado tipo de informação e quando estão perante os governantes o discurso altera. Pensamos que este facto acontece devido ao medo de represalias ou destituição dos cargos. Por esta razão foi difícil verificar a veracidade dos dados por estes fornecidos.

CAPITULO 4: Abordagem teórica e conceptual

4.1. Abordagem Teórica

Diante do processo crescente de exploração dos recursos naturais, surge em 1960 o discurso ambientalista apontando para um conjunto de mudanças institucionais e sociais para conter os efeitos ecodestrutivos da racionalidade económica, no sentido de maior protecção da biodiversidade, ganham força no bojo do discurso as teorias conservacionistas e preservacionistas, com medidas para a conservação dos recursos naturais a partir da criação de áreas protegidas da intervenção humana (Diegues & Arruda, 2001).

A teoria conservacionista/preservacionistas, tem no americano John Muir o seu precursor. Esta corrente recrimina a permanência de indivíduos nas áreas de protecção, mesmo tratando-se de comunidades tradicionais autóctones da região, uma vez que, toda a relação entre sociedades e natureza é degradada e destruidora do mundo natural. Acrescentam ainda que deve haver pressão para a retirada das populações locais do interior dos parques, por não relevar formas efectivas de manejo sustentável, obrigando essas populações a se retirarem de suas propriedades restringindo o uso dos recursos naturais existentes nessas áreas. Esse fenómeno posiciona as unidades de conservação como parte do processo de inviabilidade e encurralamento das populações locais (Barbosa & Santos, sd).

Diegues e Arruda (2001) referem que o modelo de preservação ambiental de John Muir não se enquadra a outras realidades externas aos Estados Unidos da América. A importação do modelo para África, Ásia e América Latina, sofreu resistências das populações locais devido às distintas formas de ocupação nesses continentes.

Ainda na mesma linha encontramos Perreira (2007: 4), que argumenta que em muitas situações a criação destes espaços protegidos tem acontecido de forma impositiva, o que, certamente desenvolve nas populações abrangidas resistências a criação destas áreas. De acordo ainda com a autora somente com o envolvimento das comunidades local será possível haver uma preservação de facto, uma vez que elas possuem um estilo de vida tradicional, essencial para a conservação e utilização sustentável da

biodiversidade. Dissociá-las do processo de conservação pode gerar um resultado contrário aos propósitos conservacionistas.

Por serem áreas de uso indirecto e acesso restrito, o processo de implementação de áreas de conservação, necessariamente esta envolvido em relações de conflito. Quer em função da desapropriação da área onde esta instalada a unidade de conservação, quer pela reacção da população local como consequência das restrições (Anaya et al, 2006).

De acordo com Becker (2006) e Jahn & Gorg (2003) apud Fiege, 2008, a degradação dos recursos naturais tem como causa a acção do ser humano e resulta no condicionalismo da acção do próprio homem em relação aos recursos naturais. Por consequência, todas as teorias da relação entre a sociedade e natureza fundamentam-se na relação de interdependência entre o ser humano estruturado em sociedades e a natureza, fonte dos recursos. Não obstante terem em comum o mesmo objecto, elas diferem na abordagem e definição dos aspectos sociais que são decisivos para a gestão dos recursos.

Os precursores da Ecologia Social consideram de extrema importância a dimensão cultural na influência humana sobre a natureza, a percepção de que a sociedade tem sobre os recursos, as leis e regras que orientam a sua exploração. Estes baseiam-se no triângulo indivíduo-sociedade-natureza demonstrando que a inter-relação ser humano-natureza depende do tipo de sociedade e que portanto a relação deve ser vista no contexto de cada sociedade (Becker, 2006 e Jahn & Gorg, 2003) apud Fiege, 2008.

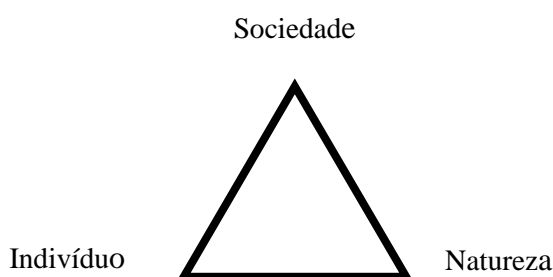


Figura 2: Inter-relação Ser Humano-Natureza segundo Blaikie, Bryant e Baiey; Krings, apud FIEGE, 2008.

Para a abordagem económico-institucional que focaliza na análise dos direitos de disposição apresentada por Ribot e Peluso (2003), advogam que do ponto de vista económico institucional, ocorre uma sobre-utilização dos recursos naturais quando o acesso e a utilização não são regulamentados de forma clara, quando o cumprimento das regras não é controlado e, quando não há sanções das infracções.

Os teóricos da abordagem económica do ambiente que focaliza-se no fracasso do mercado em materiais de serviços ambientais, afirmam que o ambiente é destruído pelos seus utilizadores, pois de acordo com Frey (1992) os utilizadores nada pagam ou não pagam o preço adequado por eles. O mecanismo de mercado várias vezes tem falhado quando a devastações da floresta baseia-se no princípio económico dos “efeitos externos” as externalidades, são os efeitos colaterais associados á produção de bens económicos podendo ser positivos não remunerados ou negativos (custos) que não tem que ser indemnizados pelo destruidor. Por exemplo, quem consome madeiras tropicais não paga pela destruição de sumidouros de carbono e da biodiversidade; quem compra o combustível não paga pela emissão CO₂ e de pó fino. Se as prestações ambientais fossem avaliadas e pagas de forma adequada não haveria uma destruição do ambiente de forma exagerada e muito acelerada.

A análise do CHF B no PNL pode ser visto tendo em conta a posição apresentada pelos teóricos conservacionistas e a teoria de interdependência entre a sociedade e natureza. Achamos que estas duas abordagens são complementares e ajudam a perceber a problemática que trazemos no presente trabalho na medida em que o entendimento do CHF B passa também pela análise dos aspectos legal e institucional dos gestores do PNL que para uma gestão eficiente e eficaz do parque ser importante a retirada dos AF no local mas também encontramos os AF que dependem dos recursos existentes no parque para a sua sobrevivência.

4.2. Enquadramento Conceptual:

4.2.1. Conflito ambiental versus conflito homem fauna bravia (CHF B)

A palavra conflito deriva do latim “*conflictus*” e tem como significado choque, embate, etc. Pode-se entender o termo conflito como: 1. Embate dos que lutam; 2.

Discussão acompanhada de injúrias e ameaças, desavenças; guerra; colisão, choque (Ferreira, 1999 apud Neto, s.d).

O CHFB pode ser explicado no âmbito do entendimento dos conflitos ambientais que resultam da necessidade do uso dos recursos.

O conflito pelo uso do recurso ambiental surge juntamente com o desenvolvimento social e económico, pois este levou a uma crescente necessidade de utilização e ocupação causando a escassez dos recursos ambientais. A competição entre diferentes interesses acaba potencializando os conflitos de uso pelo recursos ambiental, uma vez que distintas práticas podem estar prejudicando o acesso ao recursos, limitando, deteriorando ou até mesmo extinguindo-o (Neto, s.d).

Para Acselrad (2006) o conflito ambiental ocorre dadas certas combinações de actividades no espaço, o ambiente configura-se como veículo de transmissão de impactos indesejáveis, capazes de fazer com que o desenvolvimento de uma actividade compromettesse a possibilidade de outras práticas se manterem.

Olímpio (1997), define o conflito como sendo discórdia sobre a locação de recursos escassos ou divergências envolvendo objectivos, valores e, podendo concorrer a nível inter-pessoal ou organizacional

Ambos consideram conflitos como sendo a existência de interferência entre interesses diversos entre indivíduos. Entretanto no presente estudo pretendemos analisar a situação conflituosa entre homem e animais. Segundo Matakala (1998) o CHFB existe a partir do momento em que se disputa um bem ou um valor, ele existe entre pessoas no seio da comunidade, entre comunidades, doadores e de diferentes formas. Ressalva o mesmo autor, que as situações conflituosas podem gerar aspectos negativos e positivos. Os negativos degeneram em mal entendidos graves, chegando por vezes a confrontos e os positivos são uma fonte de mudança no sentido positivo. Segundo o autor, os conflitos são necessários na medida em que podem criar condições para levantamento e solução de conflitos, ajustamento de normas para situações novas,

prevenção da progressão para conflitos mais sérios, aumento da coesão do grupo e respectivo desempenho.

Do acima exposto CHFB deve ser entendido como sendo aquele que ocorre devido a coexistência numa área de conservação de homens e animais, que concorrem para o acesso e utilização dos mesmos recursos. Na maior parte das vezes, pelo facto das áreas de conservação serem criadas com a desconsideração das necessidades das populações que habitam aquelas áreas, com pouca ou nenhuma participação da população que nelas residiam, ou que utilizam os seus recursos como meio de subsistência, despoletaram conflitos na administração e manejo das áreas de conservação.

4.2.2. Risco social versus riscos naturais

O conceito de risco é usado quer nas ciências sociais e naturais. E pode ser analisado tendo em conta diferentes categorias de risco¹⁴. No presente trabalho iremos nos concentrar apenas nos riscos naturais, especificamente no risco de ocorrência de conflito entre Homem e animais. Quem criou o risco foi o estado, é portanto um risco social ou sociopolítico no sentido do Beck.

Para os geógrafos, o conceito de risco refere-se a uma situação que está no futuro e que traz incerteza e insegurança. Assim, há regiões de risco ou regiões em risco. Sendo associado na maior parte das palavras perigo ou possibilidade de perigo. Estar em risco é estar susceptível a ocorrência de algum perigo, com potencial para danos sociais e ambientais. Pode-se dizer que o perigo existe somente porque as actividades humanas se encontram expostas a forças naturais (Mattedi; Butzke, 2002 apud Favero, 2006:16).

¹⁴ Favero (2006: 15) faz distinção entre os diferentes tipos de risco, sendo eles: riscos naturais, risco de saúde, riscos sociais, riscos económicos e riscos políticos (Favero, 2006: 15)

Para Neto (s.d), a questão de risco deve ser vista como resultado das decisões, dos factos, dos fenómenos que após serem definidos como soluções para os problemas estruturais, acabam-se apresentando como ameaças sociais em razão das consequências futuras inesperadas, imprevistas ou mesmo aceitas como responsabilidade da sociedade por assumirem viver em uma determinada forma de sociedade.

A forma de vida das comunidades expõe o indivíduo a determinados riscos, estes, muita das vezes conscientes e determinados mas que em muitos casos não podem ser medidos. A partir do momento em que o indivíduo resolve viver com estes riscos assume a responsabilidade e as consequências de seus actos, assim como os demais que aceitam este convívio com os riscos para usufruir dos recursos existentes em zonas de risco. Tais riscos acabam sendo absorvidos e aceites como necessários para a manutenção da vida destas comunidades passando a fazer parte do convívio e da realidade diária das comunidades e da natureza (idem).

No campo da sociologia, a discussão em torno do conceito de risco é feita por Ulrich Beck e Anthony Giddens, considerados autores centrais da “ sociedade de risco”. Para Giddens (1992: 27), risco é conceptualizado como perigo externo e pela generalização da insegurança que ameaçam a sobrevivência da humanidade. O conceito de risco de Beck, aborda exactamente a transformação das ameaças civilizatórias da natureza em ameaças sociais, económicas e políticas do sistema e é exactamente este desafio do presente e do futuro que justifica o conceito de sociedade de risco. Refere ainda o mesmo autor que muita das vezes as pessoas continuam a viver o risco reconhecendo os perigos (Beck, 1998). Os CHFB são riscos desta natureza como anteriormente a guerra 1983-1992, quando estavam resolvidos em detrimento dos animais.

Para os propósitos deste trabalho o conceito de risco deve ser entendido como a probabilidade de ocorrência de conflito entre homem e animais, no condicionalismo criado pelo Estado. Este conceito é relevante na medida em que a existência da consciência ou não da exposição ao risco de eclosão de conflito condiciona o comportamento dos AF que se encontra no PNL e impõem a necessidade de retirada

da área por forma a preservar a sua vida e seus bens, tal como anteriormente a fuga da guerra da Renamo.

CAPITULO 5: Resultado de pesquisa e discussão dos dados

5.1. Confirmação de Factos e Percepções nas Pesquisas

Foram feitas um total de 143 entrevistas ao grupo de mulheres, agentes económicos e agregados familiares. Assim divididos: (i) grupo mulheres 73 sendo 11 no distrito de Massingir; 09 no distrito de Mabalane 53 no distrito de Chicualacuala; (ii) grupo de agentes económicos num total de 18 sendo 11 no distrito de Massingir e 07 no distrito de Chicualacuala . e (iii) agregados familiares num total de 52 sendo 14 mulheres e 38 homens (vide anexo 9 e 10).

Os 143 entrevistados representam 1430 indivíduos tomando em consideração que cada família é composta por cerca de (10) dez pessoas. Quanto às faixas etárias encontramos a faixa que varia de 25 à 40 anos de idade, constituída por jovens que preferem imigrarem-se para RSA a procura de melhores condições ou alternativas do emprego. Encontramos ainda a faixa dos indivíduos com mais de 40 anos de idade, que perfaz a maior parte da nossa amostra, que vivem basicamente da agricultura e do aproveitamento dos recursos naturais.

Das famílias entrevistadas 85% tem algum membro que trabalha na RSA, algumas famílias tem parentes que já trabalharam no exterior e retornaram depois da guerra dos 16 anos, em 1992. Constatamos que 85% dos entrevistados são nativos, contudo maior parte dos agregados familiares, agentes económicos e o grupo de mulheres, emigraram durante a guerra civil para RSA e ainda para outras comunidades do Distrito de Massingir e Província de Gaza depois voltarem as suas aldeias após a guerra. Há pessoas que insistem que nunca sairão.

A totalidade dos entrevistados referiram que não suportam conviver com a população faunística, isto por não obter benefícios da conservação da fauna bravia no PNL. Porém não tendo opções tanto fora do PNL como noutras regiões do Distrito permanecem na zona de conservação.

Dum modo no PNL, os agregados familiares entrevistados são pobres que anteriormente dependiam do recurso florestal e faunístico para a sua sobrevivência. E

com a criação do Parque a vida daquelas comunidades alterou-se, pois os recursos lá existentes devem ser usados obedecendo algumas regras de conservação impostas pelos gestores do PNL/Estado.

Quanto ao reassentamento 95% dos entrevistados foram informados do processo de reassentamento, contudo referiram estar desiludidos com a falta de cumprimento da promessa por parte dos gestores do PNL/governo.

A comunidade “modelo” seleccionada como pioneira no processo de reassentamento, mostrou-se irritada devido a paragem, isto é, durante o bloqueio do processo de reassentamento. São de opinião que o mesmo deve ser rápido devido aos agravamentos do CHF, mesmo não vendo grandes vantagens para si ou para as suas famílias.

No que concerne a opinião dos membros dos comités (33 comités de gestão) e líderes comunitários (ver a tabela 2 no anexo 9), apresentaram duas faces durante o período do decurso do trabalho de campo. Nos grupos focais com as comunidades prestam informações diferentes das que apresentam quando estão em visita com os gestores de Parque. Este posicionamento deve-se aos dividendos que usufruem do governo, isto é, perdiens das viagens e outros benefícios.

Todos os entrevistados referiram que o Estado esqueceu-se das comunidades que habitam na PNL e arredores. Somente se lembram destes na altura das eleições. Sendo assim, referiram que da próxima vez que, que solicitarem os votos da comunidades, vão informar-lhes que devem procurar os elefantes para votarem. A referência ao Elefante deve-se ao facto de nos conflitos (destruição de campos aurículos) que envolvem este animal os gestores do PNL/Estado não indemnizam as famílias afectadas. Contudo, quando a comunidade ataca os animais ao deslocarem-se aos campos de cultivo é penalizada. As multas que variam de 2000,00 a 10000,00 dependendo do tipo de inflação.

5.2. Os conflitos: os eixos de análise

Para apresentação dos resultados de pesquisa optamos por definir eixos temáticos em função dos objectivos do trabalho por forma a respondermos a pergunta que orientam

o trabalho. Assim, foram definidos 4 eixos temáticos, que estruturam o presente capítulo, a saber: Eixo1: Razões de ocorrência de conflitos entre o homem e animal no PNL; Eixo 2: Intervenientes no CHF; Eixo 3: Mecanismos de Resolução dos conflitos e Eixo 4: Impacto do CHF e da criação do Parque.

5.3. Eixo 1: Razões de ocorrência de conflitos entre homem e animal (CHF) no PNL

Os CHF constituem um dos grandes problemas no PNL podendo-se agrupar pela sua natureza em antropogénicos e naturais. Os primeiros estão directa ou indirectamente relacionados com a ocupação e degradação dos ecossistemas naturais devido à competição pelo espaço, recursos hídricos e alimentares. Ultimamente este conflito tem tomado proporções alarmantes devido ao crescimento acelerado da população animal e humana. A caça furtiva de determinadas espécies de animais, esta está ameaçando a sobrevivência de algumas espécies no PNL.

Os conflitos de origem natural são resultantes do crescimento excessivo de algumas espécies devido a desequilíbrios ecológicos provocados por fenómenos naturais como por exemplo, o aumento da população de crocodilos nos rios Limpopo, Elefantes e Shinguedzi. Este é um exemplo deste facto, requerendo programas, medidas específicas e pontuais de controlo como por exemplo abates controlados e a recolha de ovos.

Das entrevistas efectuadas na área de estudo constatamos que os CHF no PNL ocorrem devido à disputa para o acesso aos recursos, nomeadamente: recursos hídricos, culturas alimentares, caça de animais, destruição de bens e espaço de lazer etc.

5.3.1. Acesso aos recursos hídricos

Os conflitos ocorrem devido a necessidade de captura do peixe para alimentação e água para consumo dos seres vivos.

Um dos entrevistados disse: *todos os dias precisamos de água, vamos ao rio sempre para termos água beber, lavar a roupa e pratos, tomar banho lá no rio podemos encontrar crocodilo ou hipopótamo. Sem vermos, mordem ou levam as pessoas* (Entrevista com Carlos Mudjovo, Vundla, Novembro de 2008).

Outra situação está relacionada com o ataque aos animais domésticos por crocodilos junto aos rios e lagoas. Estes animais ao abastecerem-se do precioso líquido junto aos rios, são capturados e mortos. (Ver Anexo4 página 71).

Por outro lado, as mudanças climáticas que se verificam com maior rigor nos últimos anos alteram de certa forma o ecossistema afectando negativamente muitas das espécies existentes. A escassez de água em alguns locais onde ela era mais abundante é um facto e leva a disputa pelos recursos nas mesmas zonas.

5.3.2. Consumo de culturas alimentares

Os entrevistados referiram que em algumas regiões do PNL é frequente a ocorrência de conflito devido o consumo de culturas alimentares e destruição de campos de cultivo. Muitas das vezes ocorre devido à ocupação de área de pastagens dos animais pelos homens para a prática da agricultura.

Os espaços de pastagem dos animais bravios acabam sendo os preferenciais para a prática da agricultura dos homens. Devido a fertilidade destes espaços os homem desbravam a terra e plantam as suas culturas. Consequentemente as mesmas áreas acabam sendo as preferenciais dos animais.

Os entrevistados referiram que muita das vezes os animais acabam preferindo alimentar-se das culturas alimentares por serem mais frescas. A este respeito um dos entrevistados referiu *”comer nas machambas é fácil, não tem que desbravar árvore, não tem que procurar ramos altos.... Tem comida fácil, boa e sem muito esforço* (entrevista com Delfina Chauque, Vudla, Novembro de 2008). Esta distinção é feita tendo em conta que os herbívoros devem alimentar-se de capim, folhas, ramos e outras plantas selvagens.

Ainda ligado ao ramo agrícola verificam-se queimadas descontroladas no processo de desbravamento da floresta ou limpeza dos campos após a colheita. Estas praticas acabam destruindo a floresta, habitat dos animais, pondo em risco a própria vida dos animais e dos homens. Esta situação acaba levando ao conflito entre as comunidades e os gestores de PNL, uma vez que, colocam em risco a fauna bravia existente no parque.

5.3.3. Caça de animais

Nas últimas quatro décadas antes de 2000, a população da fauna bravia conheceu um decréscimo substancial devido a factores naturais assim como á acção do próprio homem. Como factores naturais estão as queimadas descontroladas provocadas por fenómenos meteorológicos e outros que devastam largas porções de florestas e fazendo escassear a alimentação dos animais bravios.

Pelo facto de cerca de 95% das comunidades residentes no PNL dependerem dos recursos existentes na região para sobrevivência, verifica-se a caça de animais por forma a balancear a dieta alimentar das famílias. Deste modo, é frequente ocorrer a caça de animais para consumo, numa situação em que o recurso, espaço e alimentos são exíguos. A este respeito um dos entrevistados disse: *aqui na zona desde muito tempo caçamos, os meus avós também caçaram aqui para poder comer. Com a criação do parque em 2001 proibiram-nos de caçar mas nós não temos outras coisas para comer e nem dinheiro para comprar. Vivemos de caça e sempre foi assim* (entrevista com Chadreque Chauque, Vudla, Novembro de 2008)

5.3.4. Destruição de bens

Ocorre também a invasão de celeiros e machambas pelos pássaros e gafanhotos. A escassez de vegetação provocada por queimadas descontroladas e outras acções do homem impelem os gafanhotos e pássaros para os celeiros e machambas de cereais. Deste modo os agricultores chegam a perder quase toda a produção. (Ver Anexo5 página 72).

Verificam-se ataque aos animais domésticos e invasão aos currais e capoeiras. Por vezes o ataque as pessoas por leões e leopardos e outros predadores, quando feridos,

ou esfomeados. A competição entre humanos e felinos na caça de animais herbívoros torna-os escassos e na falta de alimentação tradicional leões, leopardos e outros predadores acabam atacando os animais domésticos nos currais ou na pastagem.

5.4. Eixo 2: Intervenientes no CHF B

Da análise dos dados do eixo 1 constatamos que podemos distinguir três diferentes intervenientes no CHF B, nomeadamente: as comunidades, os animais e estado representado pelos gestores do PNL.

5.4.1. Animais

A declaração da zona onde se localiza o PNL como área de protecção, em 2001 e sua transformação em Parque Transfronteiriço e consequente retirada da vedação entre o PNL e o Parque Kruger, fizeram subir substancialmente os efectivos dos animais bravios, com particular enfoque para os de grande porte e com medidas expressas de proibição de abate.

As espécies do mundo animal mais problemáticas no PNL são: o crocodilo, o elefante, o hipopótamo, búfalos, facoceros, macacos e o leão. A estes juntam-se outras espécies de pequeno porte como os macacos, porcos-bravos, pássaros e gafanhotos, que têm estado envolvidos na destruição de culturas e outros.

Os Leões, Hipopótamos, Elefantes e Crocodilos envolvem-se na destruição de culturas e ataques ao gado bovino, caprino e ovino das comunidades. Os hipopótamos, frequentes vezes devastam largas áreas de culturas, perpetuando o sofrimento das já empobrecidas populações.

O macaco e o porco-bravo são outro grupo de animais que tem entrado em conflito com as comunidades. Bandos de macacos também invadem machambas em busca de alimentos prejudicando os seres humanos. E perturbação das pessoas em zonas residenciais e invasão das residências na ausência ou distração dos proprietários em busca de alimentos.

As características destes mesmos animais ajudam ou permitem que possam atacar, destruir bens e até habitações sem muito esforço. Senão vejamos algumas características que apresentam:

Crocodilo (*crocodyles*) é um animal carnívoro, com uma boca longa e cheia de dentes curtos e afiados. Habita na água doce ou de baixa salinidade, como rios e lagos. Entre suas várias técnicas de caça, usa a cauda para encurralar peixes ou abater presas terrestres, ataca de emboscada animais grandes e, com as mandíbulas, arrastam-nos até a água ou até mesmo aprisionam animais sob árvores ou pedras para afogá-los. Por terem dificuldade em retirar pedaços das presas, os crocodilos executam o "rolo da morte", usando o peso do corpo para despedaçar a carne das presas.

É um animal extremamente forte e agressivo. O seu couro grosso o protege de qualquer ataque, sendo os olhos o único ponto fraco. Geralmente vivem muitos anos e seus dentes e patas crescem novamente se perdidos. Além disso eles conseguem passar longos períodos debaixo da água e esta capacidade aumenta com os anos. Outra característica sofisticada é que seus olhos possuem pupilas que se dilatam de noite, assim como acontece com os gatos, permitindo que os crocodilos enxerguem muito bem no escuro. Alimentam-se de anfíbios, répteis, peixes e outros pequenos vertebrados. Os adultos são ferozes predadores, que se alimentam de peixes, tartaruga aves aquáticas, antílopes, zebras grandes animais domésticos e por vezes cadáveres (CD Forum Natureza em Perigo, 2005).

Por sua vez o **elefante** de nome científico *Loxodonta africana*. É o maior mamífero terrestre, com uma longa tromba, longas presas. Pesando até 12 toneladas e medindo em média quatro metros de altura. Habitam em planícies, arboreo arbustivas. E alimentam-se de arbustos, folhagens e frutos. Devido ao tamanho que possuem

chegam a comer cerca de 150 quilos¹⁵ durante 24 horas, no período entre 18 a 24 horas. Os elefantes são bastante extravagantes a comer e não raro destroem mais do que consomem (CD Forum Natureza em Perigo, 2005).

O Hipopótamo também conhecido por *Hippopotamus amphibius*. É um artiodátilo mamífero, próprio da África, de pele muito grossa e nua, patas e cauda curtas, cabeça muito grande e truncada num focinho largo e arredondado. Habita geralmente próximo dos rios e lagoas vivendo geralmente imersos e em grupos. Os hipopótamos são herbívoros e alimentam-se durante a noite da vegetação existente nas margens dos rios que habitam, mas há indícios de canibalismo de machos adultos com filhotes.

Os hipopótamos são preguiçosos em terra, mas ainda podem atingir velocidades de 50 km/h. Na água são rápidos e mostram diversas adaptações em sua existência. Em termos de peso podem medir 4 metros e chegar a 3500kg, sendo um dos maiores mamíferos terrestres, depois dos elefantes e rinocerontes (Idem).

Por seu lado o **Leão**, de nome científico *panthera leo*. É o maior felino africano, castanho amarelado. Possui um habitat muito diversificado, podemos encontra-los em savanas e/ou semi-desertos. É o segundo maior felino existente, sendo superado apenas pelo tigre-siberiano. Os machos têm como característica uma imensa juba preta, que cobre grande parte de seu corpo (CD Forum Natureza em Perigo, 2005).

Dos dados colhidos das entrevistas não conseguimos obter a indicação dum período único de maior incidência do CHF. Alguns entrevistados referiram que os ataques de pessoas por leões ocorrem tanto no período diurno como noturno, durante as deslocamentos efectuados de uma comunidade para outra ou de casa para machamba. Por sua vez o ataque de pessoas por crocodilos, ocorre quando as pessoas se dirigem

¹⁵ Os dados sobre o consumo diário de Elefantes são divergentes. Encontramos referência de 80Kg como a quantidade correspondente ao consumo do Elefante.

aos rios ou para obter água ou então para pesca ou ainda quando estas pessoas praticam a agricultura nas margens dos rios aproveitando assim a humidade no tempo seco.

Por forma a permitir um melhor controlo, gestão da biodiversidade e a solução de todo o tipo de conflito, o PNL subdivide-se em três regiões, Sul, Centro e Norte. O CHFB difere da região para região, isto é, na parte Sul ao longo do Rio dos Elefantes até a confluência dos rios Shinguedzi e Limpopo, o CHFB é protagonizado por espécies como elefantes, hipopótamos e crocodilos. Na parte central tem havido problemas com as seguintes espécies: porco do mato, elefantes e leões. Por sua vez na parte Norte, os problemas no âmbito do CHFB são protagonizados por espécies como hienas, leões e macacos (macaco-cão, macaco de cara preta, entre outros).

5.4.2. Comunidades

Estão também envolvidas neste conflito as comunidades que estão a residir no interior do PNL, ao longo do rio Shinguedzi nomeadamente comunidades de Nhanguene, Macavene Bingo, Mavodze, Massingir velho, Machamba, Chimangue, Makandezulu A e Makandezulu B, o qual constitui o coração de PNL e é onde houve planos de ser edificada grande parte dos acampamentos turísticos devido ao seu elevado potencial em recursos faunísticos como Búfalos, Bois-cavalos, Zebras, Avestruzes, Leões, Elefantes entre outros.

O CHFB a que se refere neste trabalho foi latente durante longos anos antes da criação do PNL como área de conservação. As populações partilhavam com os animais bravios o uso dos recursos naturais então existentes. Este era um conflito dentro da comunidade, cujos os AF tinham consciência da sua existência e viviam os problemas causados pelos animais bravios, mas utilizaram os animais como recurso.

Segundo os entrevistados com o fim da guerra em 1992, as famílias que haviam-se refugiado do outro lado da fronteira (RAS) regressaram reocupando os espaços. De 1992 a esta parte desta população também conheceu um crescimento e novas áreas foram sendo ocupadas incluindo as tradicionais rotas de migração dos animais bravios. Com a criação do PNL em 2001 e retirada da vedação, este crescimento

populacional e do reino animal exacerbou o conflito que a pouco e pouco foi aumentando na comunidade a consciência sobre o CHF B.

Com a criação do PNL em 2001 e definição da área como local de conservação e preservação de diversas espécies, iniciamos uma nova etapa na história desta zona. Houve espaço para um aumento significativo do número de animais bravios, que se intensificou em Abril de 2003 com remoção da vedação da fronteira entre o PNL e o Kruger Park da RSA, o que permitiu que os animais de grande porte reiniciassem o uso de suas rotas tradicionais entre os dois países. Esta decisão rápida teve graves consequências para a comunidade que residia nesta zona (cerca de 6.000 pessoas) e o seu gado: foi o início bastante crítico de um CHF B o qual está a piorar dia após dia e que domina até hoje a vida diária da comunidade desta zona.

Paralelamente, verificou-se o desenvolvimento de acções de protecção dos animais, reduzindo deste modo a caça furtiva e garantindo a multiplicação dos mesmos. Desta forma houve a necessidade de retirar as populações que haviam se instalado no parque de modo a evitar danos para os animais e para os homens.

Trata-se de comunidades bastante pobres que sempre dependeram dos recursos florestais e faunísticos para a sua sobrevivência. Estas comunidades comungam a língua e expressões culturais, hábitos alimentares, crenças religiosas entre outros aspectos. Segundo as informações obtidas em 2008 e confirmadas mais tarde, existe um mau relacionamento entre as comunidades residentes no PNL e arredores, as comunidades descredita em todo o tipo de informação vinda da administração de PNL. Uma das razões desta situação prende-se com o facto de 80% dos entrevistados com idade activa terem referido que devido ao baixo nível de escolaridade não tem sido contratados pelos gestores do PNL. Esta situação contraria o anteriormente acordado visto que haviam prometido empregá-los.

Existem também conflitos entre as comunidades residentes dentro do PNL e as comunidades residentes na zona tampão do PNL, principalmente no que concerne aos futuros benefícios consignados aos residentes no interior do PNL na taxa de 20% referente a exploração turística. Por sua vez os que residem fora do PNL somente tem

o direito de receber algum montante mediante a apresentação de um mini projecto de desenvolvimento.

Uma parte considerável das comunidades residentes no PNL e arredores tem estado envolvida constantemente no CHF. Sendo as comunidades as vítimas primárias deste conflito, estas são as mais interessadas na sua mitigação ou eliminação do CHF. Por causa destes conflitos, existem comunidades com interesse de abandonar o PNL. Contudo este objectivo só será concretizado se o Estado conseguir por em prática o plano de reassentamento prometido aquando da criação do parque

5.4.3. Gestores do PNL

O Estado constitui um dos principais actores envolvidos no CHF e este é representado pelos gestores do PNL, que tem a categoria do mais alto estatuto de protector das espécies de animais bravios ali existentes e deve garantir a segurança das comunidades e permitir que os propósitos definidos aquando da criação do PNL sejam alcançados.

A nível governamental central identificam-se os seguintes ministérios com objectivos similares quanto à protecção e conservação da biodiversidade: Ministério da Agricultura (MINAG), Ministério do Turismo (MITUR), Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) e Ministério da Administração Estatal (MAE).

A visão Estratégica do Governo na gestão do conflito homem/fauna bravia é de “Assegurar a defesa de pessoas e bens adoptando Estratégias de Gestão do conflito para a satisfação das necessidades humanas e de conservação da fauna bravia, tendo em conta a garantia do equilíbrio das necessidades sociais, económicas e ecológicas” (MITUR, 2003).

A administração do PNL e as comunidades estão permanentemente em conflito. As comunidades perderam a confiança nas autoridades locais e do gestores do PNL, fazendo com que se instale outro tipo de conflito entre a comunidade e a administração do PNL, no contexto do CHF.

Na prática, as acções prometidas pelos Estado/ gestores do PNL para mitigar o CHFEB estão sendo lentas. Passados quase nove (9) anos desde o início da sua implantação, as comunidades só assistem dia após dia à devastação das suas culturas nas machambas e à morte de pessoas e animais domésticos atacados por elefantes e leões.

5.5. Eixo 3: Mecanismo de resolução dos conflitos

Várias são as estratégias que tem sido adoptadas por forma a eliminar ou minimizar o CHFEB quer implementados pelos gestores do PNL como pela comunidade. Dentre elas encontramos: reassentamento populacional, criação de comités e métodos tradicionais.

5.5.1. Reassentamento populacional

O Governo Moçambicano tem estado a falar de um programa de reassentamento de algumas comunidades das áreas abrangidas pelo Parque Nacional do Limpopo bem como a adopção de medidas de protecção das comunidades e, seus haveres dos perigos que possam ser causados pelos animais bravios, nas comunidades que se manterão dentro do Parque Nacional do Limpopo assim como nas que se encontram na zona tampão.

Segundo a estratégia do Governo, o processo de reassentamento inclui um pacote de compensações das comunidades abrangidas. As modalidades de atribuição de compensações passam necessariamente por consultas junto das comunidades abrangidas. Quanto às comunidades que se mantiverem no interior do PNL, o Governo promete criar formas de protecção contra os animais bravios bem como promover a criação de emprego ou projectos específicos comunitários para a geração de rendimentos de forma a não terem que recorrer às tradicionais actividades lesivas ao meio ambiente.

Das 53 comunidades residentes no PNL somente 9 é que vivem ao longo dos rios Shinguezi e dos Elefantes e, somente estas é que serão reassentadas de imediato visto estar no corredor dos animais bravios de grande porte e devido as limitações financeiras do Governo para a prossecução do objectivo final que é o total reassentamento das populações residentes no PNL. As nove comunidades optaram

voluntariamente pelo reassentamento. Com base em negociações estas comunidades seleccionaram as zonas de Bingo, Nanguene, Macavene e Massingir Velho para o seu reassentamento tendo em consideração as condições básicas de subsistência.

Em 2008 a administração do PNL trabalhou com dois Planos de Acção de Reassentamento (PAR). No mesmo ano tinham implementado em Nanguene, de onde foram transferidas as dezoito famílias para a aldeia de Chinhangane e, em Macavene com a construção de vinte casas para as respectivas famílias que optaram por serem reassentadas em Tihovene, vila sede do Distrito de Massingir. Pois algumas famílias contempladas pela transferência, foi construída uma casa principal de alvenaria outras foram compensadas por valores monetários.

Por forma a criar melhores condições de vida dos AF reassentados foi construído um sistema de abastecimento de água com ramificações de fontenários que beneficiam também a aldeia hospedeira (Bingo). E um comité consultivo de reassentamento (CCR) composto pelos directores provinciais de Turismo, Agricultura, Obras Públicas e Habitação, Coordenação de Acção Ambiental, Administração do PNL, Administradores distritais de Massingir, Mabalane Chicualacuala, Líderes comunitários das nove aldeias afectadas e, representantes do forum das ONGs que trabalham em coordenação com a administração do PNL.

5.5.2. Gestão integrada¹⁶

A administração do PNL, representa o Estado e ciente da situação pouco agradável que se verifica nos três distritos que fazem parte do PNL (Massingir, Mabalane e Chicualacuala) tem envidado esforços junto com o MITUR na procura de financiamentos de modo a que possa ser resolvido o conflito ali existente. Enquanto se procura financiamentos, o PNL através do Programa de Conservação, Protecção que é a Fiscalização tem feito estudos da vegetação que inclui a localização de recursos hídricos durante a época seca e época chuvosa concretamente de lagoas e rios, abrigos dos animais, corredores, áreas para o pasto.

Neste processo tem procurado comunicar-se com as comunidades apesar do relacionamento não ser bom, para conhecer as actividades praticadas e os meios de subsistência em cada comunidade que vive no interior ou arredores do PNL, por forma a verificar em que medida interferem no floresta e fauna bravia. Esta acção visa verificar a localização das machambas da comunidade, as principais culturas e, se existe algum espírito da conservação ou não, se participam nos encontros de planificação e discussão dos aspectos referentes ao CHFB entre outros.

Para garantir a gestão sustentável dos recursos naturais na sua comunidade bem como o cumprimento de deveres comunitários como residentes dentro de uma área de conservação, a administração do PNL, através das ONG (ORAM, LHUVUKA; PAO DO MUNDO etc.), criou comités de gestão nas comunidades do PNL.

¹⁶ **Gestão integrada** refere-se a administração dos recursos florestais e faunísticos em conjunto, incluindo o controlo e uso desses recursos em conformidade com a legislação, sua regulamentação, assegurando a participação efectiva das instituições, comunidades locais, associações e do sector privado.

Segundo os gestores do PNL, com a criação dos comités em 2002 -2006¹⁷ pretendeu-se promover diálogo, espaços de aprendizagem e de construções de relações sinérgicas e de parcerias entre todos os envolvidos no conflito Homem fauna Bravia no PNL.

O processo de consulta as comunidades e parceiros trouxe um desafio novo nas comunidades, necessidade de um envolvimento e actuação mais acentuada na promoção de boas práticas e de conhecimentos relevantes produzidos por estas ONGs nas diversas áreas do desenvolvimento comunitário. Só através do diálogo se poderá introduzir mudanças e melhorias das condições de vida das comunidades residentes no PNL.

Aliado a este facto a criação do comité irá permitir que os conflitos existentes sejam resolvidos logo evitando que os mesmos passem por varias fazes como propostas por Matakala (1998) , nomeadamente:

- Fase de Conflito Latente: esta fase é caracterizada pela percepção por parte das comunidades da existência do problema, mas assumem uma posição neutra. Uma vez que continuam a usufruir dos recursos florestal e faunístico existente na região, uma vez que, o local ainda não era considerado parte do PNL.
- Fase de Conflito Incipiente: nesta fase as partes envolvidas no conflito (gestores do PNL e as comunidades), começam a tomar consciência da existência do problema, encaminham as estruturas locais (administrações distritais) para serem ouvidos, identificam-se os pontos de divergência e procuram encontrar soluções.
- Fase do Conflito Manifesto: nesta fase o conflito é visível/manifesto. É também conhecido como fase de conflito real, caracterizado pelo confronto, entre as partes

¹⁷ Em 2002/3 foi fundado o Comitê de Macavane e Mavodze designados por comités comunitários localizados no distrito de Massingir. Existe ainda os comités distritais de Makandezulo (2002) e Tchowe (2005), Wamavike (2006) no Distrito de Chicualacuala.

envolvidas. É comum nesta fase haver transferência de problemas, isto é, um problema pessoal ou de um grupo passa a ser de muitos pela sua natureza e magnitude, requerendo o envolvimento de terceiros para fazer a mediação, como por exemplo: ONG's, Governo, Credores, Doadores, Tribunais e outros vocacionados para o efeito.

Existia em 2008 um grande interesse por parte da administração do PNL na resolução do CHFB. Como solução a curto prazo, estavam empenhados na contratação de agricultores privados para o fomento da cultura do piri-piri. Esta acção inclui a distribuição da semente gratuita, para a sua multiplicação e, após a produção este será vendido pelos agricultores ao PNL o qual é utilizado em benefício da própria comunidade. Este piri-piri será usado pelos agricultores associados ou individuais, no uso de cordas de sisal mergulhadas no óleo queimado misturadas com piri-piri para a vedação das machambas ou em latas de cerveja ou refresco contendo pedrinhas no seu interior e penduradas á volta das machambas.

Segundo o Coordenador do Programa de Protecção do PNL¹⁸, ainda no âmbito da mitigação do CHFB, existe um grupo de 8 fiscais de manejo da fauna, uma avioneta, um barco a motor e, duas viaturas de marca Land Cruiser. Acrescenta o mesmo que a administração do PNL a busca de financiamentos para o reassentamento das comunidades residentes nas zonas mais problemáticas (vale de Chinguedzi, dentro do PNL).

As estratégias tradicionais para minimizar o CHFB é na maior parte das vezes adoptado pelos AF que ainda não foram reassentadas e por aquelas que pretendem permanecer no interior do PNL. Os últimos nas entrevistas efectuadas referiram que tem interesses em desenvolver a caça furtiva e viver dos recursos que a natureza oferece pondo em causa os interesses dos gestores do PNL.

¹⁸ Entrevista com Zínio Macamero, MITUR, 2010.

5.6. Eixo 4: Impacto do CHF B e da criação do PNL

A existência de comunidades no interior do PNL, coloca desafios específicos para a preservação da biodiversidade, simultaneamente, cria uma situação de insegurança para as populações devido á crescente presença de Fauna Bravia de grande porte. Como consequência verifica-se os danos materiais as suas casas, produção agrária, criação de animais domésticos e a própria vida.

Segundo autoridades ligadas a gestão do PNL a existência de comunidades a residir dentro do PNL é um dos factores que faz com que a caça furtiva atinja níveis assustadores, isso porque os furtivos entram nas comunidades residentes e depois fazem as suas incursões disfarçados de populares residentes. Segundo um dos funcionários do PNL, existiam 8 rinocerontes em 2004, passados quatro anos, cinco rinocerontes foram mortos, no Sul do parque Kruger, principalmente a partir do distrito de Magude e do Sul do distrito de Massingir. Acredita-se que estas mortes estão ligadas ao interesse pelo corno deste animal, visto serem apreciados no mercado internacional. A rota da comercialização dos objectos adquiridos dentro do PNL assim como do Kruger seja Maputo, África do Sul e Ásia, pois segundo informações obtidas no PNL, através do Sr. Zinio Macamero coordenador de programa de protecção no PNL o mercado asiático é o mais preferido por ter elevado número de consumidores destes produtos.

As comunidades que se localizam dentro do PNL e arredores deparam-se com problemas de segurança alimentar e de sobrevivência, visto que na zona não podem usufruir em pleno dos recursos existentes e dificilmente conseguem encontrar outras formas de sustento que não sejam os encontrados na floresta. Pelo facto do PNL ser considerado uma área de conservação com uma protecção total¹⁹, as comunidades nele residente automaticamente não podem estabelecer Direitos de Uso e

¹⁹ isto é, espaço territorial delimitado que se destina à preservação de ecossistemas naturais, em geral de grande beleza e cénica, e representativos de património nacional.

Aproveitamento da Terra (DUAT). Essas comunidades por força maior da Lei de Terras automaticamente ficaram lesados. Os pescadores artesanais, embora sem protecção legal semelhante ao DUAT, encontram-se numa situação idêntica, sem os seus direitos reconhecidos por lei.

Apesar dos imperativos impostos pela nova ordem estabelecida, as comunidades continuam a desenvolver actividades dentro do PNL. Quando as comunidades devastam florestas para abertura de campos agrícolas, retiram os alimentos dos animais herbívoros, que conseqüentemente podiam morrer ou deixar de reproduzir, diminuindo a sua população. Esta situação influi na diminuição dos alimentos para as espécies carnívoras, que conseqüentemente passam a atacar o Homem e o seu gado. Igualmente, o Estado no seu desiderato de preservar as espécies em vias de extinção tanto faunísticas como florestais inibem as populações do acesso aos recursos naturais vitais para a sobrevivência. Por outro lado, o consumo excessivo da matéria vegetal por elefantes, chegando a consumir 80kg de alimento ou mais por dia, faz com que os alimentos sejam escassos obrigando-os a atacarem até culturas agrícolas. Ver Anexo7.

CAPITULO 6: Comparando o cenário do PNL e outros Parques em Moçambique

O CHFB vem ocorrendo em Moçambique em mais de 45 distritos, o que coloca em causa o princípio de conservação e preservação da biodiversidade almejado pelos ambientalistas. Devido a estes conflitos o governo tem adoptado medidas para promover uma politica orientada para a conservação das espécies consideradas em vias de extinção. Contudo este objectivo nem sempre é alcançado. Senão vejamos alguns exemplos do que esta a acontecer em áreas de conservação e preservação de espécies.

No estudo elaborado no Distrito de Cahora Basa na localidade de Nhaca piriri, refere que o CHFB tem contribuido para a crise alimentar quando combinado com as calamidades naturais (seca, cheias). Os problemas de segurança alimentar ocorrem devido aos ataques perpetrados pelo elefante, o mais problematico em Nhacapiriri, aos campos agricolas dos AF. A destruição destes campos, colocando os AF sem meios de subsistência uma vez que dependem exclusivamente da agricultura.

Este cenário referido por Dumangane em 2005, ocorre também no PNL. Vezes sem conta os nossos entrevistados referiram que os seus campos e outros pertences eram atacados por elefantes, crocodilos e hipopotamos. Os ultimos atacam em grande medida os campos de cultivo que se localizam nas zonas ribeirinhas.

Para além da área agricola verifica-se perda de vidas humanas. No caso do PNL foram reportadas 5 mortes no ano de 2008. Em 2009 no Distrito de Mágoe no nordeste da Provincia de Tete, centro de Moçambique, um total de 43 pessoas em várias comunidades também foram atacadas. Neste caso os ataques dos animais é explicado pela fome dos animais. Estes durante o periodo de estiagem efectuam

investidas nos campos de cultivo provocando mortes de alguns agricultores familiares (portal do Governo²⁰).

Coincidentemente os elefantes, leões e crocodilos são indicados como as espécies mais problemáticas. Invadem as zonas habitacionais a procura de pastos e o deficiente sistema de controle e estratégias que possam estancar as movimentações dos animais para as áreas habitacionais, fazem com que o CHFB prevaleça.

Duma forma geral o CHFB ocorre em quase todas as áreas de conservação de espécies, nomeadamente: o Parque Nacional de Gorongosa; Reserva Especial de Maputo; PNL; Parque Nacional de Zinave etc. Como refere Dumangane (2005) a ocorrência de conflitos em quase todos os parques leva-nos a concluir que as políticas do governo sobre a conservação ainda carecem de algumas reformulações, se considerarmos que nas condições actuais se apresenta difícil avançar em direcção à conservação. Na maior parte das vezes os elementos essenciais para o sucesso desta iniciativa são relegados ao segundo plano por deficiência da legislação, falta de organização e capacidade dos organismos chamados a gerir estes recursos.

²⁰ Acessado em 2 de Junho de 2011.

Conclusão

Ao iniciar o trabalho era nossa pretensão avaliar as formas como se tem desenvolvido o CHFB no PNL e arredores. Da pesquisa efectuada nas 35 comunidades, num total de cinquenta três comunidades existentes no PNL, representando 63% da cobertura total das comunidades, chegamos às seguintes conclusões:

- A existência de comunidades no interior do Parque Nacional do Limpopo, coloca desafios específicos para a preservação da biodiversidade, simultaneamente, cria uma situação de insegurança para as populações devido à crescente presença de fauna bravia de grande porte. Consequentemente encontram-se vulneráveis e susceptíveis a perca de seus bens e a própria vida;
- Pelo facto das comunidades residirem no PNL e nele desenvolver as suas actividades economicas, qualquer medida de preservação que não seja o reassentamento dificilmente reduzira o ataque de pessoas por animais bravios;
- A criação do PNL num local com comunidades residentes e estabelecidas nele, gerou questões processuais que não facilitam a reconciliação dos diferentes interesses envolvidos. O Estado pretende que se preservem os recursos naturais, mas as populações clamam pela sua sobrevivência nos moldes tradicionais que por vezes conduzem a uma danificação ou mesmo destruição do meio onde se encontram;

Deste modo, o estado entra em rota de colisão com os interesses das comunidades ao impedir-lhes a realização de muitas actividades económicas anteriormente por elas praticadas como a caça, a produção de lenha e carvão vegetal para a comercialização, a extracção de plantas medicinais, a criação de gado para o sustento das famílias entre outras actividades.

- Fontes ligadas ao PNL, indicam que entre os animais em perigo de extinção estão o rinoceronte, o leopardo e o elefante. Estes animais fazem parte do leque das especies preferidas pelos “furtivos” devido ao elevado valor da comercialização do seu material. Do rinoceronte é extraído o corno ou o trofeu, do leopardo a pele e do elefante o marfim.

- A coabitação com os predadores colocam as comunidades indefesas e sem meios para defesa. Os animais domésticos, gado ovino, caprino e ovino acabam também se tornando presas fáceis para os carnívoros como os leões.

Entretanto, quando os indivíduos devastam florestas para fazer campos agrícolas, retiram os alimentos dos animais herbívoros, diminuindo grandemente a sua população, o que influi na diminuição dos alimentos para as espécies carnívoras, que conseqüentemente passam atacar o Homem e o seu gado. Igualmente, o Estado no seu desiderato de preservar as espécies em vias de extinção tanto faunísticas como florestais inibem as populações do acesso aos recursos vitais.

- Constituem as principais causas de conflito a competição do espaço e dos recursos entre o ser humano e dos animais bravios. A competição entre o ser humano e a fauna bravia é ainda notória na devastação da vegetação, alimento dos herbívoros, através de queimadas e abertura de machambas, tornando-os escassos e conseqüentemente o animal vai atacar áreas cultivadas devido a falta de pasto. As populações de duas espécies diferentes tendem a interagir por forma a produzirem combinações negativas em ambas as partes envolvidas. Essas interações entre populações (humana e fauna bravia) provavelmente ocorrem devido ao estabelecimento da população humana na rota migratória dos animais bravios dentro da floresta.
- De acordo com Becker, Jahn e Gorg (2006) apud Fiege 2008, a degradação dos recursos naturais tem como causa a acção do ser humano e resulta no condicionalismo da acção do próprio homem em relação aos recursos. Como consequência, as teorias na relação de interdependência entre o ser humano estruturado em sociedades e a natureza, tendem a ser interactivas. Os precursores da Ecologia Social consideram de extrema importância a dimensão cultural na influência humana sobre a natureza, a percepção que a sociedade tem sobre os recursos, as leis e regras que orientam a sua exploração.

Contudo, apesar do conhecimento da situação dos benefícios devem exceder aos custos de viver com a fauna uma condição indispensável se queremos contar com a colaboração das comunidades nas iniciativas de conservação de recursos naturais, incluindo bacias hidrográficas seus ecossistemas.

- Os casos de conflito entre animais selvagens e humanos pela terra, florestas e água tem vindo a aumentar e manifestam-se de várias maneiras: as pessoas são mortas e feridas pelos animais, verifica-se a perda de animais domésticos, competição por áreas de pastagem e por água, incursão dos animais domésticos nas propriedades das pessoas ausência de políticas ou inadequadas de compreensão por perdas e/ou ferimentos a humanos, invasão por humanos para as áreas de animais selvagens, bloqueio por humanos de rotas de migração de animais e caça furtiva.

Concluimos que o reassentamento e a construção da vedação constituem pontos cruciais para a resolução do Conflito/Homem Fauna Bravia no PNL. Todavia o alcance destes objectivos requer elevados fundos para custear os trabalhos necessários.

Devido a insuficiência de fundos os gestores do parque e as comunidades tem recorrido a mitigação através do cultivo do piri-piri e a vedação das áreas agrícolas pelas comunidades. Esta situação constitui um obstáculo para as iniciativas de conservação e vai continuar a prevalecer na medida em que se regista o aumento tanto da população humana como da fauna bravia.

Finalmente podemos referir que a transformação do PNL em área de conservação e preservação de espécies foi bastante ambiciosa e Moçambique foi bastante corajosa ao declarar a áreas como tal, mesmo consciente da existência de comunidades a residir no se interior e sem meios de realocá-las. Sabendo trata-se de comunidades pobres, que dependem dos recursos naturais para sobrevivência, deviam em primeira instância reassentar as famílias e depois avançar com a ideia do PNL.

Recomendações

- Recomenda-se o reassentamento urgente das comunidades de Nanguene, Macavene, Mavodze, Bingo, Massingir Velho, Machamba, Chimangue, Makandezulo A e Makandezulo B pois são as comunidades que residem ao longo do rio Shinguedzi o qual constitui o coração de PNL e é onde deverá ser edificada grande parte dos acampamentos turísticos devido ao seu elevado potencial em recursos faunísticos nomeadamente: Búfalos, Bois-cavalos, Zebras, Avestruzes, Leões, Elefantes entre outros. Revisão dos planos iniciais face a resistência das populações.
- Investir na educação para as crianças entre as comunidades que vivem nos arredores do PNL evitando assim a emigração destes para os países vizinhos a procura de melhores oportunidades;
- Apostar na alfabetização, através do envolvimento do Instituto Nacional de Desenvolvimento, para o desenho dos conteúdos relevantes de acordo com a realidade daquele grupo alvo, visando criar habilidades em leitura e contas básicas para as comunidades vivendo nos arredores do PNL.
- Manutenção da promessa de emprego;
- Habilitar as populações através de treinamento e capacitação para a geração e partilha de benefícios para si mesmo deve ser a preocupação tanto do governo como das ONGs operando no PNL;
- Adoptar acções que visem demonstrar às comunidades locais que a Fauna Bravia sendo um recurso natural, representa uma oportunidade para a geração de benefícios locais, contribuindo assim para a redução da pobreza absoluta;
- Auscultar primeiro os beneficiários das casas a serem erguidas no reassentamento devido a questões culturais;
- Tornar o sonho de reassentamento como uma realidade ;
- A vedação de PNL de modo que as espécies problemáticas tais como: Crocodilos, Elefantes, Leões, Leopardos, Búfalos, Hipopótamos, e outros não entrem em contacto com a comunidade local.

BIBLIOGRAFIA

Livros, artigos e relatórios

ACNUR/PNUD. (1996). **Perfil de Desenvolvimento da provincial de Gaza.**

ACNUR/PNUD. (1997). **Areas e habitantes do PNL.**

AJAM, (1996). ‘ Mas quem é o Proprietário da Terra’? In: **Extra: Que Lei de Terras para Moçambique.** Centro de Formação Agrária e Desenvolvimento Rural. Maputo. Pag. 48-50.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo. Hacia una Nueva modernidad.** Madrid: Ediciones Paidós Iberica, (1999).

BLAHN, D.J. (1990). “Social Bases for Resource Conflicts in Areas of Reverse Migration”. In: Lee, G.R.D.R. Field and W.R. Burch Jr. (Eds): **Community & Forestry continuities in sociology of natural Resources.** West view Press, Boulder. Pp. 159-178.

BROUWER, R. (1998). ‘Gestão Comunitária de Recursos Naturais: Crise imanente: ou beco sem saída’ ? In: **Comunidades e manejo dos Recursos Naturais: memórias da 1-ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais.** IUCN, DNFFB e FAO. Maputo. Páginas 214-226.

CARRILHO, J. (1993). **Segurança de Posse de Terra e dos Recursos Naturais.**

CUAMBA, S. (1996). “A Terra é do Povo”. In: **Extra. Que a Lei de Terras para Moçambique,** Centro de Formação Agrária e Desenvolvimento Rural. Maputo, Pag. 48-50

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. (org). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. p 176. (Biodiversidade,4)

DUMANGANE, David (2005). **Fauna Bravia, seu impacto negativo para a segurança alimentar. Estudo de caso: Localidade de Nhacapiriri de 1992 à actualidade.** Tese de Licenciatura. Maputo.

FIEGE, Karin e REINA, António. **Relatório final da avaliação do Projecto Lhuvuka** Dez (2009) Parque Nacional do Limpopo.

FIEGE, Karin. (2008). **Manual do módulo gestao de Recursos e Riscos de Calamidades.** MSG. Maputo/ Berlim.

GIDDENS, A. (1992). **As consequências da Modernidade: Sociologia, problemas e Práticas**. Lisboa: CIES-ISCTE/DELTA.

INGC/UEM/ FEWS NET MIND (2003). **Atlas para preparação e resposta contra desastres na Bacia do Limpopo**. Cidade de Cabo: Creda Communication

IUCN (2001). **Projecto de áreas de conservação transfronteira de Gaza. Levantamento Sócio económico das Comunidades da Coutada 16**.

IUCN (União Mundial para a Natureza): **Desafios da Gestão da Fauna em Moçambique**. Dezembro

MAE. (2006). **Perfil dos Distritos de Massingir, Mabalane e Chicualacuala**.

MANSUR, E. (1997). **Proposta Metodológica e Instrumento para o Autodiagnóstico**. Nota Técnica número 2. Projecto FAO GCP/Moz/056/NET

MASSANGO, Henrique. In: **IUCN Projecto de Mobilização Comunitária áreas de Conservação Trans-fronteira na Província de Gaza. Delimitação da terra de Catine distrito de Chigubo**. IUCN/ORAM (2002).

MATAKALA P. W. (1998 b). **Guião para trabalhadores de campo e investigadores em manejo Florestal Comunitário**. Nota técnica n-1. Projecto FAOGCP/MOZ/NET, Maputo.

MATAKALA, P. (1998 a) **Participação pública, análise de género e resolução de conflitos na gestão de Recursos Naturais: in Comunidades e Maneio Comunitário dos Recursos Naturais**. IUCN, DNFFB e FAO. Maputo. Páginas 171-176.

MATAKALA, P.W. (1999) **Guião para Avaliação da Capacidade das Comunidades nos Programas de Maneio Comunitário dos Recursos Naturais**. Nota Técnica número 3 Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET, Maputo

MATAKALA, P.W. e A. Macucule (1998d) **Alguns Métodos de Amostragem e Diagnóstico Rural Participativo para o uso em pesquisas e estudos de Maneio Comunitário dos Recursos naturais (MCRN)**. Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, UEM, Maputo.

MATAKALA, P.W.(1998c) **Guião para Trabalhadores de Campo e Investigadores em Maneio Florestal Comunitário**. Nota Técnica 1 Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET, Maputo.

- MATAKALA, P.W.(1998e). **Trabalhadores de Campo e Investigadores em Maneio Florestal Comunitário**. Nota Técnica 1 Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET, Maputo
- MITUR. (2006). **Plano de Maneio**. MITUR. Maputo.
- MUSHOVE, P. (1999). **Métodos Participativos Para Avaliação dos Recursos Florestais e Faunísticos**. Nota Técnica número 4 Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET, Nampula
- OLIVEIRA, J. P. (2002). **Implementing Environmental in Policies in Developing Countries Through Decentralization: The case of protected Areas** in Bahia Brazil. World Development.
- ORAM: Plano Operacional Ano – 2007, Jan / Dez.. Gaza.
- ORAM (2008). “ Juntos por um Desenvolvimento Harmonioso do PNL” . Gaza.
- ORAM (2008). “ Plano Operacional” . Jan/ Dez. Gaza.
- ORAM (2008). “Relatório Narrativo Anual: Juntos Por um Desenvolvimento”. Gaza.
- PERREIRA, Doralice Barros. “ Paradoxo do Papel do Estado nas Unidades de Conservação”. In: ZHOURI. Andrea; LASCHEFSKI Klemens; PERREIRA, Doralice barros (Org’). **A Insustentável leveza da Política Ambiental-Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais**. Belo Horizonte: Autentiva, 2005
- PNL (2003). “ Seminário sobre o Programa de Reassentamento Voluntário, 2 a 4 de Dezembro”. Gaza: PNL
- PNL (2006). “ Proposta do Plano de Acção de Reassentamento”.
- RIZZINI, I; CASTRO, M; SARTOR, C. (1999). **Pesquisando: Guia de Metodologia De pesquisa para Programas sociais**. Rio de Janeiro: EDUSU.
- SERRA, Jr.; Carlos & CHICUE, Jorge. (2005). **Lei de Floresta e Fauna Bravia Comentada**. Centro de Formação Jurídica Judiciaria. Maputo.
- WWF. (2006). **Relatório do Projecto Lhuvuka do Parque Nacional do Limpopo – Versão Revista – Abril a Dez**. Gaza.
- WWF. (2007). “Relatorio do PNL – Lhuvuka Parque de Limpopo” , Janeiro.

Fontes consultadas na Internet

- ACSELRAD, Henri. (2006). **Mapa dos conflitos ambientais no estado do rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CD Room.
- ANAYA, Felisa; BARBOSA, Rômulo S; SAMPAIO, Cristina (2006). **Sociedade e Biodiversidade na mata Seca Mineira**. Unimontes Científica Revista da Universidade Estadual de Montes Claros/Universidade Estadual de Montes Claros. – v 8, n. 1, (Jan/Jun 2006) Montes Claros: Unimontes.
- BARBOSA, Romulo & SANTOS, Fabio (s.d). “Unidades de Conservação, Conflitos socio ambientais e o encurralamento das populações no norte de Minas”. In: **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e sociologia Rural**. Unimontes. Monte carlos. Sd.
- BECKER, B. K. (Org). (2006). Dimensões humanas da biodiversidade: do desafio de novas relações Sociedade-Natureza no século XXI
- BRITO, Dagunete. (2008). “Conflitos em Unidades de Conservação”. In: **PRACS: revista de Humanidades do curso de Ciências Sociais UNIFAP**.n.1. Dez.
- Cedes Avante Parque Nacional do Limpopo-Oram Lhuvuka PNL.
- DESLANDES & ASSIS. (2003). **Um plano amostral da população para aplicação de questionários formulados com perguntas abertas e fechadas**. Rio de Janeiro.
- DIEGUES, A. ARRUDA, R. 2001. **Saberes tradicionais e Biodiversidade do Brasil**. Ministério do Meio Ambiente. MAA/ Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade . Universidade de São paulo-USP. Brasília.
- FAVERO, Eveline. (2006) . **A seca na vida das famílias rurais de Frederico Westfalen-Rs. Dissertação de Mestrado**. Santa Maria, RS, Brasil.
- FOLOMA, M (2006). “ Impacto do conflito Homem e animais selvagens na segurança alimentar na província de Cabo Delgado, Mocambique” . In: **Wildlife Management Working paper**. Numero 7. FAO;
- FREY (1992) abordagem economica do ambiente. A dimensão politico-democrática nas teorias do desenvolvimento.
- Ghimire & Pimberb (2000). “ Uma análise mais usada ao processo participativo no estabelecimento “perderam a terra e foram reassentadas”.
- MINAYO. M. C.1993 (org). **O desafio do Conhecimento Científico: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Sao Paulo: Hucitec-Abrasco.

NETO, Nicolau. (s.d) **Os conflitos de Uso dos recursos Ambientais: um reflexo da sociedade de risco.** (nota: é de 2006 ou 2007).

pt.wikipedia.org/wini/ECO-92

RIBOT e PELUSO (2003). Sociology rural “Analysing Access to Tropical Forests: Analytical implications of.”.

Legislação, Planos Estratégicos e Políticas

Estratégia Nacional de gestão de Conflito homem fauna Bravia. Maputo(DNFFB, 2009). ;

Lei de Florestas e Fauna Bravia n°10/ 99 de 7 de Julho e seus regulamentos e Decretos ((DNFFB);

Lei de Terras, 19/97 e seus regulamentos e Decretos (DNFFB);

Lei Lei do ambiente n°20/97 de 1 de Outubro (MICOA);

Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismos em Moçambique (MITUR, 2004-2013);

Política do Turismo e Estratégia da sua implementação Resolução n°14, de 4 de Abril de (MITUR,2000)

Política e Estratégia de Desenvolvimento de florestas e Fauna bravia (DNFFB, 1997);

Política e Estratégia de Desenvolvimento de Florestas e Fauna Bravia (DNFFB,1999).

Anexo 1

Definições

A Lei 10/99, de 7 de Julho, Lei de Florestas e Fauna Bravia, define o seguinte:

Consumo próprio: exploração florestal e faunística exercida pelas comunidades locais sem fins lucrativos para a satisfação das suas necessidades.

Desenvolvimento sustentável: desenvolvimento baseado numa gestão ambiental que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer o equil'íbrio do ambiente, permitindo que as gerações futuras também satisfaçam as suas necessidades.

Ecossistemas: complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e microorganismos e o seu ambiente não vivo, que interage como uma unidade funcional.

Exploração florestal: conjunto de medidas e operações ligadas á extracção dos produtos florestais para a satisfação das necessidades humanas, designadamente abate, transporte, serragem de material lenhoso, extracção, secagem, incluindo fabrico de carvão, bem como actividade de processamento de madeira e quaisquer outras que a evolução técnica venha a indicar como tais, independentemente da sua finalidade.

Fauna bravia: conjunto de animais terrestres, anfíbios e avifauna selvagens, e todos os mamíferos aquáticos, de qualquer espécie, em qualquer fase do seu desenvolvimento, que vivem naturalmente, como as espécies selvagens capturadas para fins de, pecuarização, excluindo os recursos pesqueiros.

Inventário florestal: recolha, mediação e registo de dados sobre a qualidade e o volume de recursos florestais, o estado de sua dinâmica, a regeneração e os produtos que se podem obter por unidade de superfície de forma a fornecer informação para o manejo sustentável de uma dada região ou floresta, em particular.

Inventário faunístico: recolha, mediação e registo de dados sobre a composição por espécie ou animais, a densidade por unidade de superfície, a densidade por grupo etário e por sexo e o estado da densidade da população, de forma a fornecer informação para o manejo sustentável da fauna bravia.

Parque nacional: espaço territorial delimitado que se destina á preservação de ecossistemas naturais, em geral de grande beleza e cénica, e representativos do património nacional.

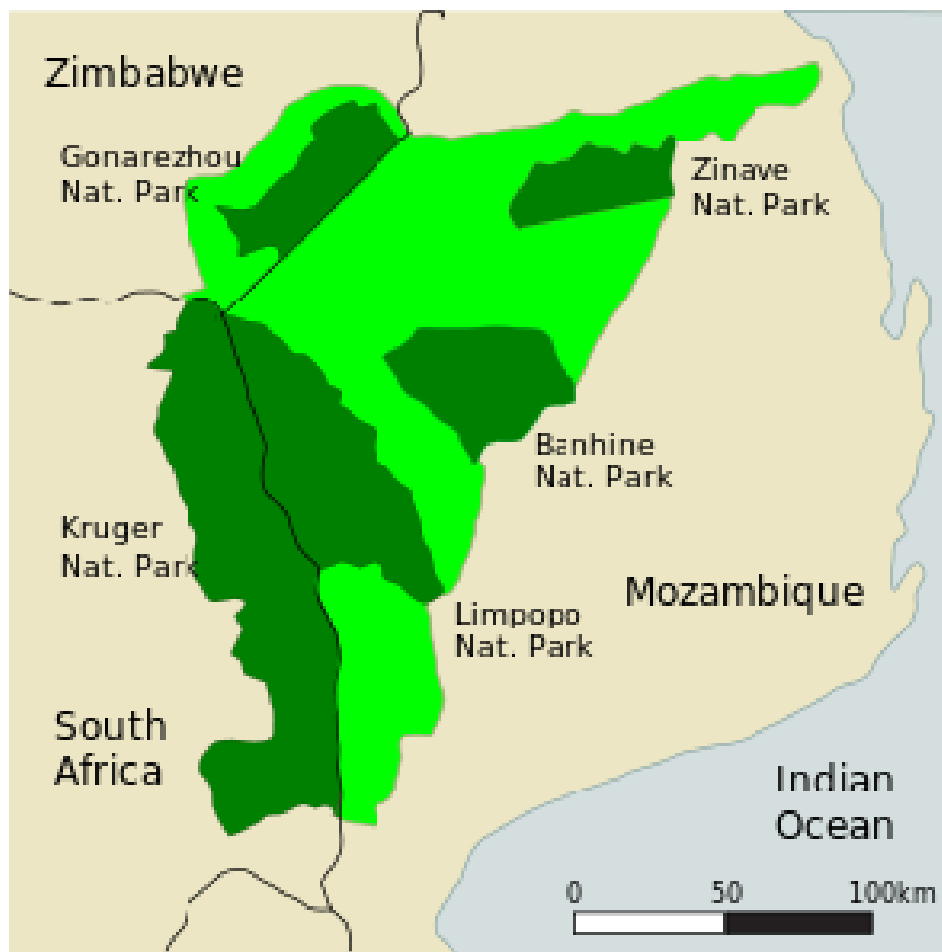
Plano de Maneio: documento técnico onde constam as actividades e outras medidas técnicas a serem implementadas pelos vários intervenientes na conservação, gestão e utilização dos recursos florestais e faunísticos.

Responsabilidade objectiva: obrigação legal imputada áquele que causar dano para, independentemente da existência de culpa ou dolo, repará-lo, compesá-lo e fazer ou deixar de fazer alguma coisa.

Troféu: as partes duráveis dos animais bravios, nomeadamente a cabeça, crânio, cornos, dentes, coiros, pêlos e cerdas, unhas, garras, cascos e ainda cascos de ovos, ninhos e penas desde que não tenham perdido o aspecto original por qualquer processo de manufactura.

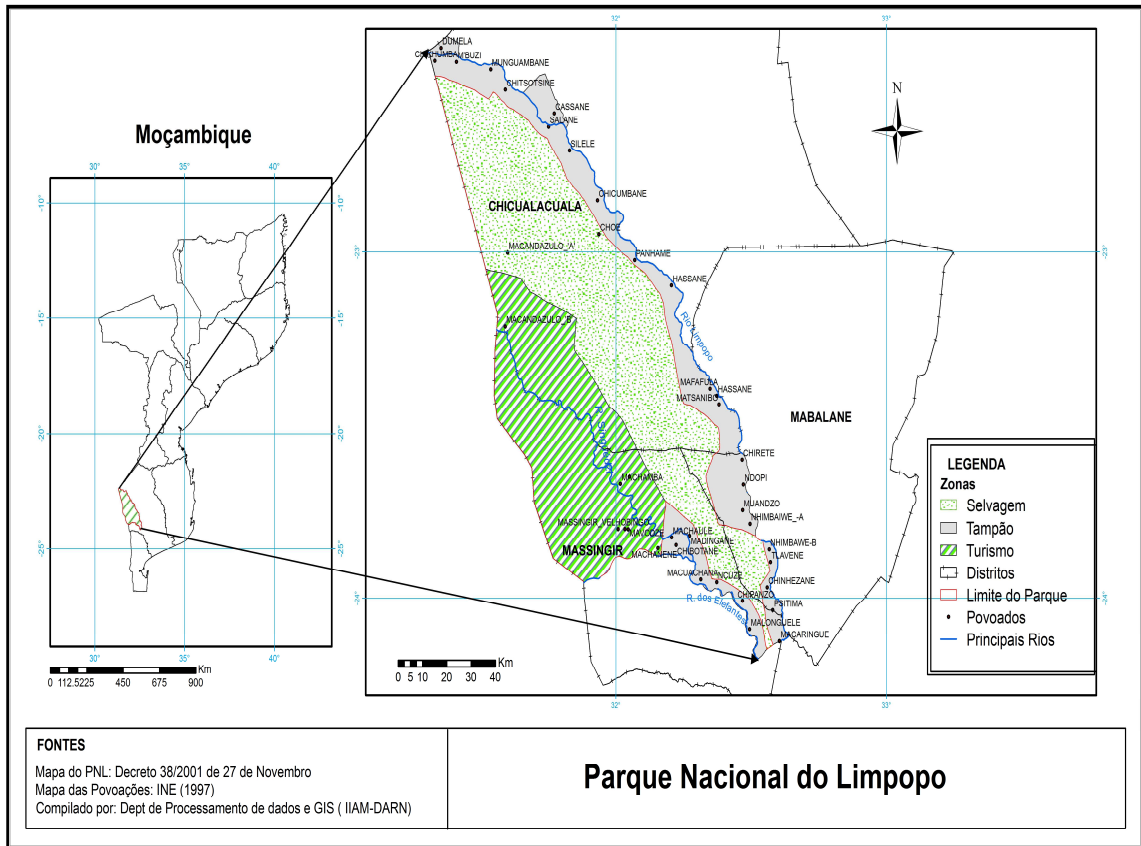
Uso alternativo da terra: designação de áreas cobertas por florestas e outras formas de vegetação natural para a agricultura, pecuária ou outra utilização estabelecida em zoneamento ou em plano de uso de terra que as descaracterizem da sua condição original, incluindo obras públicas de grande impacto, tais como estradas, caminhos de ferro, represas e passagens para torres de transmissão de energia eléctrica.

Anexo 2: ACT (Área de Conservação Transfronteiriça)



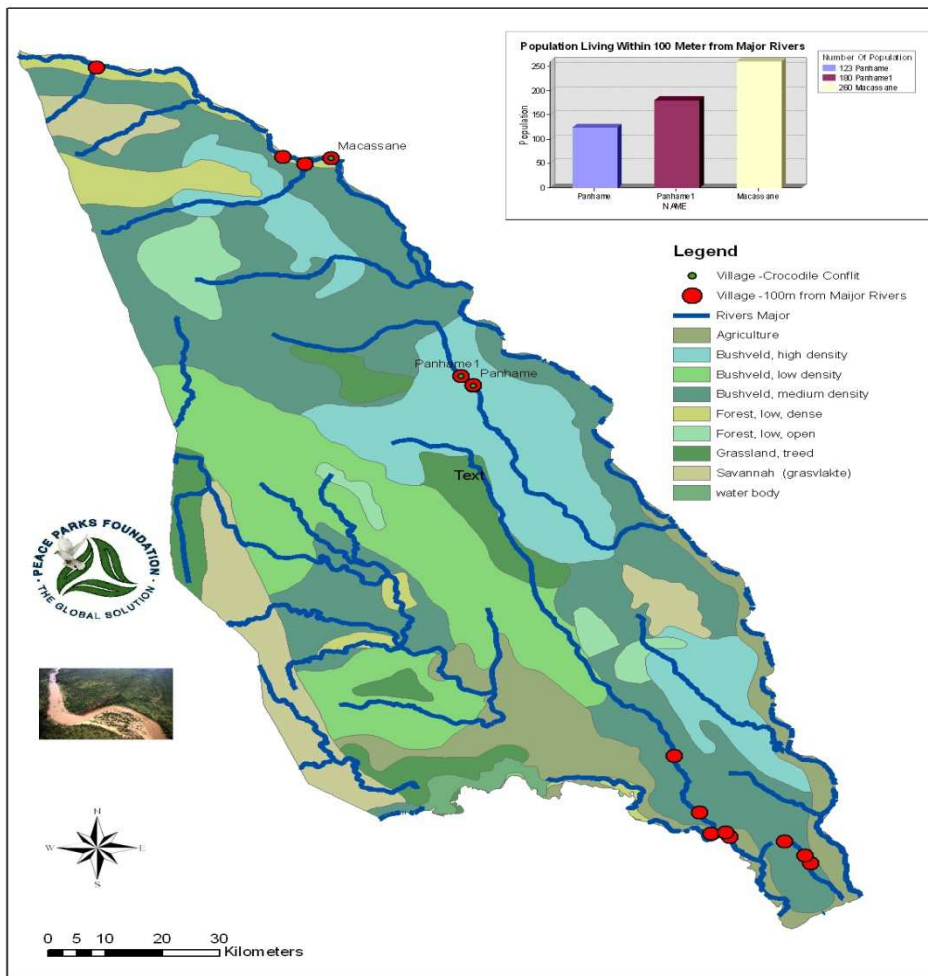
Fonte: Unidade de Inventário Nacional

Anexo 3: Área de Estudo



Anexo4: Conflito Homem Crocodilo nas margens dos rios no PNL

Conflict Human Crocodile In Limpopo National Park_Mozambique
(By Paulo Barros, SAWC Student Nr 2009600)



Anexo5: Exemplo de celeiro para a conservação dos produtos agrícolas das comunidades (milho e outros cereais)



Anexo6: Algumas actividades exercidas pelas comunidades no PNL



A primeira foto ilustra o consumo de alguns animais bravios (tripas) e o consumo do sumo da palma.

A segunda foto ilustra Recolha de água das chuvas nas picadas.

Anexo7: Calendário do trabalho

20-11-2008	Viagem Maputo-Massingir, entrevistas com o pessoal de Projecto e outras pessoas de recursos
21-11-2008	Viagem Maputo- Massingir entrevista -Isaías Farranguane ORAM Sul –Germano Dimande PNL
22-11-2008	Entrevistas nas Comunidades
23-11-2008	Entrevistas nas Comunidades
24-11-2008	Entrevistas nas Comunidades
25-11-2008	Entrevistas nas Comunidades
26-11-2008	Entrevistas nas comunidades entrevistas -Derek Potter PPF –Baldeu Chande PNL
27-11-2008	Análise de dados entrevistas -adm.dist. massingir – PROCANA Massingir –Henrique Massango PNL -Pessoal do Projecto Lhuvuka
28-11-2008	Viagem para Maputo (1º Grupo) análise dos dados e entrevistas finais
29-11-2008	Viajem para Maputo (2º Grupo) análise dos dados
30-11-2008	Análise de dados preparação do workshop
01-12-2008	Workshop
02-12-2008	Redacção do Relatório
03-12-2008	Redacção do Relatório
04-12-2008	Redacção do Relatório
05-12-2008	Redacção do Relatório
06-12-2008	Redacção do Relatório

Anexo 8: Lista das comunidades onde foram conduzidas entrevistas



Figura 1: Vegetação e distribuição da população humana no do Parque Nacional de Limpopo (MINAG - Inventário Nacional)

Massingir:

Mavodze
Chimangue

Mabalane:

Nhimbahine

Hassane

Ndope

Ngaxe

Malhaule

Matafula

Vundla

Chicualacuala:

Wamaviki

Makandezulo

Tchowé

Anexo 9: Mapa resumo das entrevistas efectuadas

Tabela 1: Número das entrevistas efectuadas por distrito

ESTRUTURA	DISTRITO			TOTAIS	DESCRICAÇÃO
	MASS	MABAL	CHICU		
Grupo de mulheres	11	9	53	73	Mulheres
Grupo de agentes económicos	11		7	18	Homens
Agregados familiares	15	8	29	52	14 mulheres
					38 homens

Tabela 2: GRUPO ALVO: Actividades económicas total: 18

	Artesanato	Agricultura	Piscicultura
1. Que tipo de actividades económicas desenvolvem dentro do PNL	A 4	B 0	C 14
2. Mudou alguma coisa para a realização dessas actividades	A 18	B 18	C
3. Qual tem sido o vosso relacionamento com a administração do parque	A	B 18	C
4. Que comentários tem sobre o CHFB	A	B 14	C 4
5. Já ouviste falar do reassentamento que que comentários gostaria de fazer	A	B 18	C 18
6. Que benefícios tem por estar a residir no interior do PNL	A	B	C 18

Legenda:

1. A: Artesanato

B: Agricultura

C: Piscicultura

2. A: Nada mudou

B: Mudou bastante

C: utilização do recurso regulado

3. A: Muito bom

B: Bom

C: Mau

4. A: Sem comentários

B: Sofrimento

C: Ninguém olha por nós

5. A: Já ouvi

B: O Governo sempre mentiu para nós

C: Se tivesse possibilidade sairia hoje

6. A: 20%

B: Emprego

C: Nenhum

Tabela 3: Grupo de Mulheres (73) e Agregados familiares (52)

1. Há quanto tempo vive nesta aldeia	Desde que nasceu (125)	Há menos de 5 anos	Há mais de 10 anos
2. Que mudanças existem em relação a 10 anos atrás	Não existe mudança	Mudou bastante (125)	Porquê (limitação do uso do recurso)
3. Fale um pouco de relacionamento que tem para com PNL	Muito bom	Bom (5)	Mau (120)
4. Quais os principais animais que fazem estrago	Elefante	Crocodilo, Leão e Hipopótamo	
5. Já ouviram falar dos comités? Que tipo de relacionamento tem convosco	Muito bom	Bom (125)	Mau
6. Que comentários fazem do reassentamento	Muito bom	Bom (5)	Mau (120)

Tabela 4: Comitês e líderes comunitários entrevistados por distrito

ESTRUTURA	DISTRITO			TOTAIS	DESCRICAÇÃO
	MASS	MABAL	CHICU		
Comité do Parque	1	2	1	4	Comité
Comité do Distrito	2	2	2	6	Comité
Comité da Aldeia	2	7	3	12	Comité
Líderes tradicionais	3	4	4	11	Homem

Anexo 10: Fontes orais

Tabela 3: Grupo Focal: Grupos de Mulheres

Nome	Data da Entrevista	Local
1. Virginia Cuna	22-11-2008	Nhimbahine
2. Anita Judas Matlhaule	22-11-2008	Nhimbahine
3. Gracieta Carlos Machaule	22-11-2008	Nhimbahine
4. Aida Augusto Mavunde	22-11-2008	Nhimbahine
5. Delfina Chauque	22-11-2008	Vundla
6. Cacilda Valoi	22-11-2008	Vundla
7. Mariana Valente Guenha	22-11-2008	Vundla
8. Inês Ngule	22-11-2008	Vundla
9. Cecília Chauque	22-11-2008	Vundla
10. Gloria Macarringue	22-11-2008	Mavodze
11. Norcinda Chilaule	22-11-2008	Mavodze
12. Artimiza Maluleque	22-11-2008	Mavodze
13. Luisa David	22-11-2008	Mavodze
14. Julieta Liciate	22-11-2008	Mavodze
15. Claudina Valoi	22-11-2008	Mavodze
16. Maria Augusto Maluleque	22-11-2008	Mavodze
17. Olga Valoi	22-11-2008	Mavodze
18. Clemência Fazenda Ngovene	22-11-2008	Tchowé
19. Nomssa Jaulane	22-11-2008	Tchowé
20. Florinda Laice Chauque	22-11-2008	Macandazulo
21. Julieta Feniassa Chauque	22-11-2008	Macandazulo
22. Alcina Serqueio Baloi	22-11-2008	Macandazulo
23. Hermelinda Samuel Chonguane	22-11-2008	Nwamaviki
24. Ester Jorge Maluleque	22-11-2008	Nwamaviki
25. Assa Daniel Manhiça	22-11-2008	Nwamaviki
26. Madalena Assane Maluleque	22-11-2008	Nwamaviki
27. Olga Julio Chauque	22-11-2008	Nwamaviki
28. Otilia Zacarias Chauque	22-11-2008	Nwamaviki
29. Salfina Namboruane Bombi	23-11-2008	Chimangue
30. Tsôsi Manuel Bombi	23-11-2008	Chimangue
31. Rofina Wilson Bombi	23-11-2008	Chimangue
32. Raimina Maluleque	23-11-2008	Nwamaviki
33. Alice Maluleque	23-11-2008	Nwamaviki
34. Veronica Valoi	23-11-2008	Nwamaviki
35. Flora Siteo	23-11-2008	Nwamaviki
36. Rosita Chitlhango	23-11-2008	Nwamaviki
37. Olga Matusse	23-11-2008	Nwamaviki
38. Rosa Mbalate	23-11-2008	Nwamaviki
39. Alia Jamela Chivambo	23-11-2008	Nwamaviki
40. Adelia Chauque	23-11-2008	Nwamaviki
41. Albertina Maluleque	23-11-2008	Nwamaviki
42. Rosita Valoi	23-11-2008	Nwamaviki
43. Rebeca Chauque	23-11-2008	Nwamaviki

44. Sandra Valoi	23-11-2008	Nwamaviki
45. Matilde Cuna	23-11-2008	Makandezulo
46. Rosa Chilaule	23-11-2008	Makandezulo
47. Olga Maluleque	23-11-2008	Makandezulo
48. Marta Ngovene	23-11-2008	Makandezulo
49. Lucia Maluleque	23-11-2008	Makandezulo
50. Isabel Maluleque	23-11-2008	Makandezulo
51. Artimiza Ngovene	23-11-2008	Makandezulo
52. Telma Siteo	23-11-2008	Makandezulo
53. Maria Maluleque	23-11-2008	Makandezulo
54. Clara Matusse	23-11-2008	Makandezulo
55. Regina Maluleque	23-11-2008	Makandezulo
56. Claudia Valoi	24-11-2008	Tchowé
57. Angelina Maluleque	24-11-2008	Tchowé
58. Celeste Valoi	24-11-2008	Tchowé
59. Raquelina Chauque	24-11-2008	Tchowé
60. Sorta Maluleque	24-11-2008	Tchowé
61. Ana Maria Munguere	24-11-2008	Tchowé
62. Paula Matusse	24-11-2008	Tchowé
63. Rita Chauque	24-11-2008	Tchowé
64. Roda Maluleque	24-11-2008	Tchowé
65. Salmina Cossa	24-11-2008	Tchowé
66. Judite Chauque	24-11-2008	Tchowé
67. Serafina Chauque	24-11-2008	Tchowé
68. Olivia Maluleque	24-11-2008	Tchowé
69. Graciosa Valoi	24-11-2008	Tchowé
70. Arlinda Cossa	24-11-2008	Tchowé
71. Flora Manuel Chauque	24-11-2008	Tchowé
72. Anabela Maluleque	24-11-2008	Tchowé
73. Marta de Sousa Chauque	24-11-2008	Tchowé

Tabela 5: Grupo Focal: Agentes economicos

	Nome	Data da Entrevista	Local
1.	Feniasse Mandlaze	22-11-2008	Chimangue
2.	Carlitos Kinhonkulo	22-11-2008	Chimangue
3.	Isaias Hunguane	22-11-2008	Chimangue
4.	Fentosse Nhunguane	22-11-2008	Chimangue
5.	Mateus Mazive	22-11-2008	Chimangue
6.	Filipe Toke	22-11-2008	Chimangue
7.	Saros Vilânculos	22-11-2008	Chimangue
8.	Samuel Fabião	22-11-2008	Chimangue
9.	Tomás Samson Cuna	22-11-2008	Chimangue
10.	Jeremias Matavele	22-11-2008	Chimangue
11.	Ernesto Mongo	22-11-2008	Chimangue
12.	Moque Cossa	23-11-2008	Makandezulo
13.	Feniasse Cossa	23-11-2008	Makandezulo
14.	Salomão Vuqueio	23-11-2008	Makandezulo
15.	Feriado Maure	23-11-2008	Makandezulo
16.	Orlando Maluleque	24-11-2008	Tchowé
17.	Antonio Chauque	24-11-2008	Tchowé
18.	Mario Valoi	24-11-2008	Tchowé

Tabela 6: Lista de entrevistados/Entrevistas Semi-Estruturadas aos agregados familiares

	Nome	Data da Entrevista	Local
1.	Acina Ernesto Muco	22.11.08	Mavodze
2.	Albino António Siteo	22.11.08	Mavodze
3.	Amélia Penicela Chaúque	22.11.08	Mavodze
4.	Ana Cuna	22.11.08	Mavodze
5.	Arão Baloi	22.11.08	Mavodze
6.	Azarias Mbidza	22.11.08	Mavodze
7.	Carolina Fernando Chitlhango	22.11.08	Mavodze
8.	Carolina Paulo Simango	22.11.08	Chimangue
9.	Cassamo Siteo	22.11.08	Chimangue
10.	Celina Baloi	22.11.08	Chimangue
11.	Ernesto Maticuane Chaúque	22.11.08	Chimangue
12.	Esperança	22.11.08	Chimangue
13.	Fátima Chaúque	22.11.08	Chimangue
14.	Fernando Baloi	22.11.08	Chimangue
15.	France Baloi	22.11.08	Chimangue
16.	Francisco Foquisso Matsimbe	23.11.08	Nhimbahine
17.	Francisco N. Cossa	23.11.08	Nhimbahine
18.	Francisco Samuel Valoi	23.11.08	Nhimbahine
19.	Horácio Mafumo	24.11.08	Ndope
20.	Jaime Jonas Chaúque	24.11.08	Ndope
21.	Jeremias Matocele	24.11.08	Ngaxi
22.	Jeremias Nelane Chaúque	24.11.08	Ngaxi

23. Jossias Muca	24.11.08	Ngaxi
24. Julieta Namborete Maluleque	24.11.08	Nwamaviki
25. Júlio Nungule	24.11.08	Nwamaviki
26. Luis Augusto San	24.11.08	Nwamaviki
27. Luis Jorge Maluleque	24.11.08	Nwamaviki
28. Macie Azarias Mulhovo	24.11.08	Nwamaviki
29. Maurine Bigone Maluleque	24.11.08	Nwamaviki
30. Melecina Chaúque	24.11.08	Nwamaviki
31. Moiseis Chambal Maluleque	24.11.08	Nwamaviki
32. Orlando Cuna	24.11.08	Nwamaviki
33. Rafael Maluleque	24.11.08	Nwamavike
34. Rainosse Chaúque	25.11.08	Makandezulo
35. Raul Chaúque	25.11.08	Makandezulo
36. Sailora Carlos	25.11.08	Makandezulo
37. Salita Laisse Chaúque	25.11.08	Makandezulo
38. Teresa Salomão Maluleque	25.11.08	Makandezulo
39. Salomane Valoi	25.11.08	Makandezulo
40. Salomão Macadza Chaúque	25.11.08	Makandezulo
41. Samuel Munguere	25.11.08	Makandezulo
42. Samuel Ngule	25.11.08	Makandezulo
43. Seriasse Nuquer	25.11.08	Makandezulo
44. Sina Valoi	25.11.08	Tchowé
45. Salmone Vilanculo	25.11.08	Tchowé
46. Xadrique Chaúque	25.11.08	Tchowé
47. Fernando Chilaule	25.11.08	Tchowé
48. David Baloi	25.11.08	Tchowé
49. Guidioni Chauque	25.11.08	Tchowé
50. Tomás Cuna	25.11.08	Tchowé
51. Valter Chaúque	25.11.08	Tchowé
52. Wiliamo Chonguane	25.11.08	Tchowé

Anexo:11 Gráfico de Incidentes no PNL (Parque Nacional do Limpopo de 2005-2009)

Fonte: PNL, 2008.

Tabela 7: Incidentes no PNL de 2005-2009

Ano	Comunidade afectada	Animais Problemático	Animais afectados	Culturas destruidas	Medidas tomadas
2009	Machuva Machine Djodjo Tchaque	Elefante	Gado Bovino	Milho, Feijão, Hortaliças Cana-de-açucar	Avaliação dos danos, abate de um Elefante ferido no pe
	Chibotane Chinhangane Macarringue Muvamba Machamba Pafuri Mucaticice Madingune Salane	Hipopótamo	Caprino	Bananeiras, Papaeiras, Mangueiras	Montagem de uma equipe de afugentamento
2005-	Chicualacuala Rio Munhamane Chinhazane Ncumba Chipandzo Bingo Mavodze Matafula Mahamque Mbuzi Mahanuk Manhica Nkunba Mvamba	Leão			

Anexo 12: Guião de Entrevistas

12.1 Entrevista com chefes dos agregado familiares

Nome do Entrevistado:

Número de pessoas na família:

Data da Entrevista:

Local (comunidade):

Entrevista feita por:

1. Há quanto tempo vive nesta comunidade?
2. Qual é a sua posição na família?
3. Qual é a origem da família?
4. Qual é a principal actividade? Agricultura, caça, pesca, comércio, outra, qual?
5. Com esta actividade consegue sustentar a sua família?
6. Quais são as outras fontes de rendimento?
7. Quais os problemas que afectam a sua actividade principal?
8. Quais os problemas que afectam a comunidade no geral?
9. O que mudou nos últimos três anos?
10. Fala um pouco do que sabe sobre a zona onde vive por exemplo a dez anos atrás como viviam? E agora?
11. Acha ter mudado alguma coisa? Se é que mudou! o que é que mudou?
12. O que acha dessas mudanças como chefe de família?
13. Como são resolvidos os problemas que enfrentam no vosso dia a dia?
14. Como é que se sente com a forma como os vossos problemas são resolvidos?
15. Tem alguma informação sobre o reassentamento? Se tem que tipo de informação? E o que acha sobre o reassentamento?
16. Qual tem sido o vosso relacionamento com as comunidades vizinhas mas fora do PNL? Na zona Tampão por exemplo? Com líderes comunitários, com os comites, com o governo local?
17. Fala um pouco do que sabe sobre os benefícios que vocês tem através do PNL?
18. Já ouviu falar dos comités de gestão dos Recursos Naturais? Se já fala um pouco deles.

12.2 Entrevista com agentes económicos

Nome do Entrevistado:

Data da Entrevista:

Local (comunidade):

Entrevista feita por:

Observações:

1. Que tipo de actividades económicas desenvolvem dentro do PNL? E a quanto tempo?
2. Mudou alguma coisa para a realização dessas actividades?
3. Que tipo de relacionamento vocês tem com os comités? Será que a existência desses comités facultam algo relacionado com o desenvolvimento das vossas actividades?
4. Que comentários tem das vossas actividades hoje em relação aos dez anos atrás?
5. Como é que é feita a comercialização dos vossos produtos? E aonde comercializam?
6. Qual tem sido o vosso relacionamento com a administração do PNL?
7. Em algum momento terão participado em algum trabalho de rendimento oferecido pelo PNL? Que tipo?
8. Que vantagens trás estabelecimento do PNL para vocês?
9. Que comentários tem sobre o CHFEB ?
10. Já ouviu falar do reassentamento que comentários gostaria de fazer sobre o reassentamento?
11. Conhece algumas normas ou lei que as comunidades vivem no interior ou na zona tampão de PNL devem cumprir?
12. Acha que essas normas são cumpridas?
13. O que acontece com aqueles que não cumprem?
14. Como é a relação com líderes tradicionais há confiança? Porque?
15. Como é a relação com estruturas do governo?
16. Que problemas traz o PNL para as comunidades?
17. Que benefícios tem por estar a residir perto do PNL?

12.3 Entrevista com o grupo de mulheres

Nome da Entrevistada:

Data da Entrevista:

Local :

Entrevista feita por:

Observações:

1. Há quanto tempo vive nesta aldeia?
2. Tem alguma informação sobre o Parque? Que tipo de informação? E com que obteve?
3. Que mudanças existem em relação aos dez anos atrás?
4. Já ouviu falar dos comités? Que tipo de relacionamento tem convosco? E qual tem sido o papel desses comités?
5. Será que existe alguma vantagem com a existência desses comites? Quais?
6. Já tiveram algum encontro com os comités? Quantas vezes? E o que foi discutido ou analisado?
7. Que tipo de mudanças gostariam de ver no comité?
8. Falem um pouco do relacionamento que vocês tem com o PNL?
9. Que tipo de problemas existe desde que a zona foi decretada Parque?
10. Como poderia ser resolvido na vossa optica os problemas do CHFB?
11. Conhece algumas normas ou lei que as comunidades vivem no interior ou na zona tampão de PNL devem cumprir?
12. Acha que essas normas são cumpridas?
13. Quais os principais animais que fazem estrgos com maior frequência?
14. Quem resolve os conflitos e outros problemas da comunidade?
15. Na resolução de conflitos baseam-se em quê? Leis e regulamentos ou usam a experiência de convivência ou de vida dos mais velhos?
16. As soluções alcançadas na resolução de problemas deixam a comunidade satisfeita?
17. Como é a convivência com turistas, ou pessoas que vem desenvolver algumas actividades?

12.4 Entrevista com o comité do PNL

Nome do Comité:

Data da Entrevista:

Local :

Entrevista feita por:

Observações:

1. Quantas pessoas existem neste comité, isto é quantas mulheres quantos homens? E quando é que foi formado este comité? E com que objectivos foi criado este comité?
2. Tem algum plano de actividades e relatórios?
3. E como é feita a avaliação de actividades?
4. Quantas vezes se reúne o comité? E o que discute?
5. E quantas vezes se reúne com a comunidade e que assuntos são tratados?
6. Quais tem sido os principais constrangimentos para o melhor funcionamento do comité
7. Receberam alguma capacitação? Em que área?
8. Quais exactamente as actividades deste comité?
9. que dificuldades tem o comité?
10. como são resolvidos os problemas sobre os CHF no PNL.
o que acha do reassentamento será que a comunidade adere? Porque?

12.5 Entrevista com o comité do Distrito

Nome do Comité:

Data da Entrevista:

Local :

Entrevista feita por:

Observações:

1. Quantas pessoas existem neste comité, isto é quantas mulheres quantos homens? E quando é que foi formado este comité? E com que objectivos foi criado este comité?
2. Tem algum plano de actividades e relatórios?
3. E como é feita a avaliação de actividades?
4. quantas vezes se reúne o comité? E o que discute?
5. E quantas vezes se reúne com a comunidade e que assuntos são tratados?
6. Quais tem sido os principais constrangimentos para o melhor funcionamento do comité
7. Receberam alguma capacitação?
8. Em que área?
9. que dificuldades tem o comité?
10. o que acha do reassentamento será que a comunidade adere? Porque?

12.6 Entrevista com os comités da aldeia

Nome do Entrevistado:

Número de pessoas na família:

Data da Entrevista:

Local (comunidade):

Entrevista feita por:

Observações:

1. Quantas pessoas existem neste comité, isto é quantas mulheres quantos homens? E quando é que foi formado este comité? E com que objectivo foi criado este comité?
2. Tem algum plano de actividades e relatórios?
3. E como é feita a avaliação de actividades?
4. quantas vezes se reúne o comité? E o que discute?
5. E quantas vezes se reúne com a comunidade e que assuntos são tratados?
6. Quais tem sido os principais constrangimentos para o melhor funcionamento do comité
7. Receberam alguma capacitação?
8. Em que área?
9. que dificuldades tem o comité?
10. o que acha do reassentamento será que a comunidade adere? Porque?

12.7 Entrevista com os Líderes comunitários

Nome do Entrevistado:

Data da Entrevista:

Local (comunidade):

Entrevista feita por:

Observações:

1. A quanto tempo é Líder?
2. Qual é a sua zona de Jurisdição?
3. que tipo de problemas existem na comunidade que lidera? E como são resolvidos?
4. Fala um pouco do uso dos recursos pelas comunidades usam da mesma maneira como a dez anos atrás? Porquê?
5. qual tem sido a reação da comunidade perante esses factores?
6. já ouviu falar do reassentamento? Com quem? O que acha sobre o reassentamento?
7. Já receberam algum benefício do PNL? Que tipo?
8. já ouviram falar dos comités?
9. como foram criados os comités? A comunidade participou? Como?
10. Qual é a sua visão sobre o PNL?

Anexo 13 Alguns animais existentes no PNL, incluindo alguns considerados Animais problemáticos no PNL (Fonte FORUM NATUREZA EM PERIGO)



Hipopótamos



Leão